

A matrícula no ensino fundamental em perspectiva: Brasil e unidades da Federação — 2000-2001*

Carlos Eduardo Moreno Sampaio
João Vicente Pereira
Liliane Oliveira Brant
Vanessa Néspoli

Palavras-chave: ensino fundamental; matrícula; Programa Nacional do Livro Didático.



Ilustração: Ivan Sória Fernandez

* Este trabalho traz os resultados do estudo realizado em maio de 2000, pela Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (Seec) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que teve como objetivo estimar o comportamento da matrícula no ensino fundamental para o ano de 2001.



Com o objetivo de subsidiar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), apresenta uma análise do comportamento histórico da matrícula no ensino fundamental regular e calcula estimativas para os anos de 2000 e 2001, na rede pública, por série, para cada uma das 27 unidades da Federação. Foi adotada a metodologia de fluxo escolar, considerando o modelo proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), com as adaptações pertinentes ao caso brasileiro e a incorporação de formas de correção e ajustes dos dados sugeridos pelo professor Ruben Klein.

Introdução

Nos últimos três anos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), através da Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (Seec), vem acompanhando o comportamento da matrícula no ensino fundamental com o objetivo de subsidiar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O quantitativo de exemplares a ser adquirido é estabelecido com base nas projeções

de crescimento das matrículas. Este é, portanto, o objetivo principal do trabalho aqui apresentado, ou seja, estimar o comportamento da matrícula, por série e rede de ensino, para cada uma das 27 unidades da Federação.

Toda análise do sistema educacional brasileiro, notadamente as que envolvem a aplicação de vultosos montantes de recursos financeiros, como o PNLD, deve considerar que este sistema tem um perfil extremamente descentralizado que se desenvolveu, historicamente, sob a responsabilidade direta de Estados e municípios. Paralelamente, deve-se considerar a grande heterogeneidade dessas redes, refletindo, de um lado, as desigualdades regionais e intra-regionais e, de outro, o elevado nível de autonomia dos mesmos. O Brasil tem hoje 26 sistemas estaduais e 5.507 sistemas municipais de ensino, além do sistema educacional do Distrito Federal.

Neste contexto, a função do governo federal é redistributiva e supletiva, de forma a garantir igualdade de oportunidades e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante ações como as do PNLD.

Na primeira parte do trabalho, discutimos os principais pontos que influenciam o estoque de matrícula; na segunda, descrevemos a metodologia de Fluxo Escolar utilizada nas estimativas; na terceira, apresentamos uma análise descritiva da situação educacional, para o Brasil e grandes regiões, com enfoque no ensino fundamental, objetivando mostrar a evolução histórica de algumas estatísticas e indicadores, elementos fundamentais na avaliação das políticas e desempenho dos sistemas educacionais; na quarta parte, como uma contribuição adicional ao FNDE, fazemos uma avaliação da dinâmica e variabilidade da matrícula entre os anos de 1998 e 1999, tendo como unidade de referência as escolas do País; e finalmente na quinta parte, nos anexos, são apresentados os resultados das estimativas da matrícula na rede pública do ensino fundamental por unidade da Federação.

Alguns aspectos que influenciam o estoque de matrícula no ensino fundamental

Antes de iniciarmos a abordagem direta ao modelo para estimar a matrícula, vamos discutir o comportamento da matrícula

no ensino fundamental nos últimos 30 anos e as tendências atuais, considerando alguns aspectos que estão atuando diretamente no volume desta matrícula.

A evolução da matrícula e o fluxo entre séries

Na segunda metade da década de 90, o Sistema Educacional Brasileiro iniciou um verdadeiro processo de transformação, em que diversos programas foram implementados pelo governo federal visando promover uma mudança de rumo da educação nacional. Nas décadas de 70 e 80 (Tabela 1), buscava-se a universalização do ensino com prioridade na construção de prédios escolares. Naquela época, para

muitos analistas, esta política se justificava tendo em vista o contingente elevado da população fora da escola, notadamente no ensino fundamental. Para se ter uma idéia do esforço que foi feito naquele período, basta observar que em 1970 a taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais era de 33,6%, e, em 1997, este percentual caiu para 14,7%. Cabe salientar, entretanto, que a maior parte deste contingente se concentra nas idades mais avançadas (Tabela 2). É importante observar que a participação da rede pública foi decisiva para esta mudança. Pela Tabela 1 vemos que a rede pública cresceu 123,5% entre 1971 e 1999, enquanto a rede privada teve um aumento de 36,6% no mesmo período, passando de uma participação de 14,1% em 1971 para 9,1% em 1999.

Tabela 1 – Evolução das matrículas no ensino fundamental, por dependência administrativa – Brasil 1971-1999

Anos	Total	Dependência administrativa						
		Pública					Privada	%
		Total	%	Federal	Estadual	Municipal		
1971	17.066.093	14.667.179	85,9	127.930	10.028.518	4.510.731	2.398.914	14,1
1980	22.598.254	19.700.180	87,2	169.338	11.928.315	7.602.527	2.898.074	12,8
1991	29.203.724	25.585.712	87,6	95.536	16.716.816	8.773.360	3.618.012	12,4
1995	32.543.968	28.752.549	88,3	31.330	18.175.189	10.548.050	3.791.419	11,7
1998	35.792.554	32.409.205	90,5	29.181	17.266.355	15.113.659	3.383.349	9,5
1999	36.059.742	32.782.395	90,9	28.571	16.589.455	16.164.369	3.277.347	9,1
Variação 1971/1999	111,3	123,5		-77,7	65,4	258,4	36,6	

Fonte: Y ECI/Inep/Secad.

Tabela 2 – Evolução da taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais por grupos de idade – Brasil 1970-1997

Anos	Total	Grupos de idade (em anos)					
		15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 ou mais
1970	33,6	24,3	26,5	29,9	32,9	38,5	48,4
1980	25,4	18,5	15,8	18,0	24,0	30,8	43,9
1991	20,1	12,1	12,2	12,7	15,3	23,8	38,3
1995*	15,6	6,8	7,5	9,3	11,0	16,7	32,7
1997*	14,7	5,7	7,1	8,6	10,2	15,2	31,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico: 1970, 1980 e 1991; Fnad 1995 e 1997.

* Exclusiva a população rural do Rio Grande do Sul, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O ensino fundamental, até a promulgação da Lei nº 9.394, de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), era um sistema seriado de oito anos de duração, tendo como idade adequada para ingresso 7 anos. Portanto, idealmente, o aluno deveria concluí-lo aos 14 anos. Esta população-alvo tinha uma taxa de atendimento escolar de 67,1% em 1970, chegando, em 1998 a 95,8%. Naquela oportunidade, não se tinha um diagnóstico preciso sobre a progressão dos alunos nas séries do ensino fundamental e, desta forma,

muitos fenômenos que se consolidavam não foram diagnosticados. Um desses fenômenos era o correto conhecimento das taxas de transição de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão). Com o interesse de alguns pesquisadores,¹ a sociedade brasileira pôde tomar conhecimento de quão perverso era o tratamento dado aos alunos, sobretudo nas primeiras séries. Costa Ribeiro usou o termo "pedagogia da repetência" para justificar a impressionante taxa de repetência na 1ª série do ensino fundamental, que era de 58% em 1981 (Tabela 3).

Tabela 3 – Taxas de transição entre séries no ensino fundamental Brasil 1981-1997

Taxas de transição ano	Total	Series (%)							
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Repetência									
1981	35,3	58,0	28,2	21,7	17,9	32,8	29,0	26,2	19,7
1990	33,5	47,9	35,1	24,8	21,1	37,8	31,3	27,3	21,0
1997	23,4	40,3	24,0	17,5	14,4	25,8	19,4	16,4	13,4
Promoção									
1981	57,5	40,0	65,2	69,0	67,9	55,0	60,7	65,4	65,3
1990	60,2	51,1	60,3	68,3	67,5	52,2	59,1	64,6	65,8
1997	72,7	58,7	73,6	79,3	80,0	67,5	73,2	78,7	78,2
Evasão									
1981	7,2	2,0	6,8	9,3	14,2	12,4	10,3	9,4	15,0
1990	6,2	1,0	4,6	6,9	11,1	10,0	9,6	8,1	13,1
1997	3,9	1,0	2,5	3,2	5,6	6,7	7,1	4,9	8,1

Fonte: Y.L.W. nep/Unesc (Censos Escolas).

Com a grande cobertura do sistema, o foco de atenção nesses últimos anos passou a ser a melhoria da qualidade do ensino e a tentativa de redução dessas taxas. Veja a dimensão do problema: em 1998, estimamos que 95,8% da população de 7 a 14 anos estudavam e 95,3% estudavam no ensino fundamental. O que impressiona é que havia um contingente de

mais de 35 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental (7 milhões a mais que a suposta população-alvo). A coorte de 7 anos em 1998 era de 3,2 milhões² de pessoas e na 1ª série havia mais de 7 milhões de matrículas, mais de duas vezes o tamanho da coorte. Em 1999 este quadro apresenta sinais de melhoria (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição da matrícula por idade na 1ª série do ensino fundamental Brasil 1991-1999

Ano	Total	Idade (em anos)									
		Menos de 7	7	8	9	10	11	12	13	14	Mais de 14
1991	6.045.787	627.470	1.823.713	1.146.708	769.973	554.470	384.362	268.921	178.332	112.458	179.380
	100%	10,4%	30,2%	19,0%	12,7%	9,2%	6,4%	4,4%	2,9%	1,9%	3,0%
1998	7.079.742	442.523	2.257.871	1.678.152	769.416	522.150	359.225	261.669	194.818	140.187	453.731
	100%	6,3%	31,9%	23,7%	10,9%	7,4%	5,1%	3,7%	2,8%	2,0%	6,4%
1999	6.596.785	559.591	2.392.834	1.534.005	818.270	392.639	267.685	185.904	133.418	90.947	412.092
	100%	8,5%	36,3%	23,5%	9,4%	6,0%	4,1%	2,8%	2,0%	1,5%	6,2%
Varição 1998/1999	-6,8%	26,5%	6,0%	-8,6%	-18,6%	-24,8%	-25,5%	-28,0%	-31,5%	-28,7%	-9,2%

Fonte: M-Gilroy/Soc.

¹ Sérgio Costa Ribeiro, Ruben Klein, Philip Fletcher e João Batista Gomes Neto.

² Projeções preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Klein mostrou nas simulações de fluxo escolar, utilizando os dados dos Censos Escolares do Inep, que a taxa de evasão no Brasil, especialmente nas primeiras séries, é muito baixa (próximas de 1% na 1ª série), o que nos dá uma informação muito valiosa: apesar dos altos índices de reprovação, os estudantes continuam na escola. Não vamos abordar aqui as questões que explicam esta permanência, mas apenas as suas conseqüências, ou seja, trazem um inchaço no sistema e evidentemente aumentam os custos de sua manutenção, tendo em vista que o aluno demora muito mais de oito anos para concluir o ensino fundamental. Se temos taxas de atendimento próximas às de países como Austrália (96,6%), Coréia (92,3%), Suécia

(96,1%) e Dinamarca (96,7%),³ surge uma pergunta: por que a matrícula no ensino fundamental ainda experimenta uma taxa de crescimento tão alta, quando deveria estar estabilizada, ou mesmo em queda como ocorre no Estado de São Paulo em quatro anos consecutivos? Uma das respostas está na elevada taxa de repetência dos alunos (Tabela 5). Isso pode ser observado analisando diversos indicadores como as taxas de transição de fluxo escolar, de rendimento e de distorção idade/série (Tabelas 3, 5 e 6). A partir de 1999 a tendência histórica de crescimento da matrícula apresenta sinais claros de mudança, especialmente quando analisada em ciclos (1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série).

Tabela 5 – Taxas agregadas de rendimento escolar no ensino fundamental Brasil 1996-1998

Brasil e Regiões	Aprovação (%)			Reprovação (%)			Abandono (%)		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Brasil	71,8	76,0	78,3	13,9	11,2	9,7	14,3	12,8	12,0
Norte	60,9	64,4	67,9	18,4	16,2	14,5	20,7	19,4	17,7
Nordeste	61,8	65,8	69,8	17,0	15,0	13,2	21,2	19,2	17,0
Sudeste	80,9	86,3	87,8	10,0	6,5	5,0	9,1	7,2	7,2
Sul	76,8	81,2	82,6	14,7	11,4	10,3	8,5	7,4	7,1
Centro-Oeste	69,2	72,6	75,6	14,5	12,3	10,2	16,4	15,1	14,3

Fonte: VEC/Inep/Seco.

Diante da conclusão de uma grande cobertura, uma campanha nacional⁴ foi desencadeada para tentar atingir aquele contingente que ainda estava fora da escola. Sabe-se que nesta parcela da população a dificuldade de incorporá-la é muito maior. Seguramente é um contingente extremamente pobre, muitas vezes em situação de risco, sofrendo algum tipo

de exploração, e, por isso, a campanha deve ser permanente. Medidas complementares já estão sendo adotadas, como o programa de "Garantia de Renda Mínima",⁵ onde se remunera as famílias de baixa renda quando todos os seus membros na faixa etária de 7 a 14 anos estão efetivamente matriculados e freqüentando escola.

³ Taxas de Atendimento de 5 a 14 anos (Instituto..., 1998).

⁴ Programa "Toda Criança na Escola".

⁵ Instituído pela Lei nº 9.533 de 1997 e regulamentado pelo Decreto nº 3.117, de 13 de julho de 1999.

Tabela 6 – Taxas de distorção idade/série no ensino fundamental – Brasil 1996/1999

Brasil e Regiões	Total	Séries							
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Brasil									
1996	47,0	40,0	44,1	46,4	46,6	55,6	53,2	49,2	-
1999	44,0	32,0	40,6	44,5	42,7	52,3	49,7	50,6	49,5
Norte									
1996	62,3	54,7	63,1	65,0	64,9	69,1	67,5	60,7	-
1999	58,3	44,6	57,9	62,6	62,7	68,2	66,3	64,7	63,0
Nordeste									
1996	65,7	58,4	66,9	68,0	67,3	72,8	70,2	67,1	-
1999	61,9	47,2	60,4	67,1	64,6	71,8	68,5	69,4	66,8
Sudeste									
1996	34,8	16,7	28,5	32,1	34,4	47,4	46,1	42,9	-
1999	30,6	12,6	19,4	23,5	27,8	39,4	39,3	42,4	43,3
Sul									
1996	27,2	12,8	20,0	23,8	26,7	38,2	38,1	34,7	-
1999	23,2	9,2	14,8	19,0	21,3	32,3	30,9	29,3	33,2
Centro-Oeste									
1996	47,1	30,0	40,0	44,9	47,4	60,6	58,9	55,6	-
1999	43,7	20,6	31,7	38,4	41,1	56,2	56,5	56,9	56,4

Fonte: MEC/Inep/Secex

A legislação

A Constituição federal estabelece que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A União organizará o sistema federal de ensino, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Os Estados e o Distrito Federal atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e médio.

Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Em função destes preceitos constitucionais, nos últimos anos, tem sido acelerado o processo de municipalização de escolas, com a transferência para os municípios da responsabilidade sobre a gestão de escolas antes pertencentes à esfera estadual de ensino, sobretudo aquelas que ministram da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (Tabela 7).

Tabela 7 – Evolução das matrículas no ensino fundamental regular nas redes estadual e municipal por grupos de séries – Brasil 1991-1999

Anos	Grupos de séries					
	Total	1ª a 4ª série		Total	5ª a 8ª série	
		Dependência administrativa			Dependência administrativa	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal		
1991	15.551.179	8.204.453	7.346.726	8.236.953	6.845.337	1.391.616
	100,0%	52,8%	47,2%	100,0%	83,1%	16,9%
1996	18.026.556	9.442.059	8.584.497	11.363.253	9.026.713	2.336.540
	100,0%	52,4%	47,6%	100,0%	79,4%	20,6%
1998	19.520.344	7.593.028	11.927.316	12.859.680	9.673.327	3.186.353
	100,0%	38,9%	61,1%	100,0%	75,2%	24,8%
1999	19.212.764	6.749.277	12.463.487	13.541.060	9.840.178	3.700.882
	100,0%	35,1%	64,9%	100,0%	72,7%	27,3%

Fonte: MEC/Inep/Secex



Havia, até bem pouco tempo, situações pelo menos inusitadas: alguns municípios com grande capacidade de arrecadação tributária não possuíam rede de ensino, sendo as escolas de ensino fundamental existentes em seu espaço territorial pertencentes às redes estadual e particular. Estabelecendo como prioridade o ensino fundamental e procurando corrigir disparidades regionais e sociais, o MEC elaborou e propôs a Emenda Constitucional nº 14/96, criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e implantado a partir de 1º de janeiro de 1998.

Este Fundo, de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, gera condições para o enfrentamento do problema, por meio do incremento do investimento, tomando-se como referência o número de alunos matriculados no ensino fundamental nas redes estadual e municipal. Estes dados são apurados pelos Censos Escolares realizados anualmente pelo Inep, que passam a ter fundamental importância uma vez que subsidiaram os diversos programas educacionais do MEC, não só para o cálculo dos

coeficientes para distribuição dos recursos do Fundef como também para o gerenciamento de programas como os da Merenda Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, entre outros.

Se por um lado o Fundef garante um piso mínimo para investimento anual nos alunos atendidos pela rede pública em cada unidade da Federação, com pelo menos 60% destes recursos destinados à valorização do magistério (salários e/ou programas de qualificação), por outro lado, é imprescindível que os dados que subsidiam tal distribuição sejam fidedignos e reflitam a realidade de cada Estado, sob pena de o programa não atingir os objetivos previamente estabelecidos.

Os dados dos Censos Escolares deixaram de ter um uso meramente estatístico e passaram a ter um uso gerencial e, por isso, sua precisão deve ser a maior possível.

Com a introdução dos processos de auditoria e controle de qualidade, o Inep procura identificar as causas que geram possíveis inconsistências na prestação das informações e garantir que o erro verificado se mantenha em níveis aceitáveis, para que, com estas informações, medidas corretivas e até punitivas sejam implementadas buscando, progressivamente, a melhoria dos dados declarados nos Censos Escolares.

As classes de aceleração de aprendizagem e a reclassificação

Uma das principais políticas implementadas pelo atual governo foi a de melhorar o desempenho do sistema. Algumas medidas muito importantes foram tomadas neste sentido, como a implantação de Classes de Aceleração de Aprendizagem, em que classes especiais, com orientação pedagógica própria, estão sendo criadas para atendimento de alunos com distorção idade/série. O objetivo é devolver o sincronismo idade/série (Tabelas 6 e 8). Nos estudos de avaliação desenvolvidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb),⁶ foi identificado que um dos fatores que atuam diretamente no rendimento do aluno é exatamente a adequação entre sua idade e a série que frequenta.

⁶ Pesquisa que permite aferir os conhecimentos dos alunos, mediante aplicação de testes, não com a intenção de "avaliar" o aluno, mas com o objetivo de identificar o que o aluno sabe ou é capaz de fazer nos diversos momentos do seu percurso escolar (proficiência), com a finalidade de ponderar a qualidade e a equidade do ensino ministrado.

Tabela 8 – Matrículas em classes de aceleração no ensino fundamental, por grupo de séries de ingresso – Brasil 1998-1999

Brasil e Regiões	Anos						Variação percentual 1998-1999		
	1998			1999			Total	Grupo de séries	
	Total	Grupo de séries		Total	Grupo de séries			1ª a 4ª	5ª a 8ª
		1ª a 4ª	5ª a 8ª		1ª a 4ª	5ª a 8ª		1ª a 4ª	5ª a 8ª
Brasil	1.189.998	543.295	646.703	1.207.593	638.835	568.758	1,48	17,6	-12,1
Norte	29.454	22.601	6.853	41.924	32.460	9.464	42,34	43,6	38,1
Nordeste	411.719	303.055	108.664	610.245	433.942	176.303	48,22	43,2	62,2
Sudeste	563.964	168.182	395.782	425.213	115.162	310.051	-24,60	-31,5	-21,7
Sul	153.789	20.698	133.091	91.657	29.584	62.073	-40,40	42,8	-53,3
Centro-Oeste	31.072	28.759	2.313	38.554	27.707	10.847	24,08	-3,7	369,0

Fonte: MEC/Inep/Secad

As classes de alfabetização

A educação básica no Brasil tem a seguinte organização: educação infantil, para o atendimento prioritário às crianças de 0 a 3 anos em creches e de 4 a 6 na pré-escola. Sucessivamente, aparece o ensino fundamental, que, se mantendo o sistema seriado ou ciclos de 8 anos, teria como público-alvo a população de 7 a 14 anos, e, finalmente, o ensino médio, que, por sua vez, atenderia à população de 15 a 17 anos. Na Região Nordeste do Brasil, informalmente, foi introduzida uma nova categoria; as chamadas classes de alfabetização. Grande parte do contingente ali matriculado tem mais de 6 anos de idade, o que nos faz supor que, na verdade, essas classes de alfabetização são uma

forma de suprir a deficiência no atendimento em pré-escola. Não existindo de forma abrangente o atendimento em pré-escola, as crianças quando ingressam na escola, especificamente na 1ª série do ensino fundamental, "não estão preparadas para o início da escolarização". Desta forma, são alocadas nestas chamadas classes de alfabetização, que na verdade acabam se caracterizando como uma subseriação da 1ª série do ensino fundamental, ou 1ª série "fraca". Assim, a criança, no ano seguinte, volta a cursar a 1ª série, ou 1ª série "forte". Isto é uma das formas que Costa Ribeiro classificou de "pedagogia da repetência". A criança acaba sendo condenada a ingressar no ensino fundamental já com distorção idade/série (veja a evolução da matrícula nas Classes de Alfabetização na Tabela 9).

Tabela 9 – Evolução das matrículas em classes de alfabetização, pré-escola e educação de jovens e adultos (fundamental) – Brasil 1996-1999

Anos	Classes de Alfabetização	Pré-escola	Educação de jovens e adultos (fundamental)		
			Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série
1996	1.443.927	4.270.376	2.136.508	850.151	1.286.357
1997	1.426.694	4.292.208	2.210.325	899.072	1.311.253
1998	806.288	4.111.120	2.081.710	783.591	1.298.119
1999	666.017	4.235.278	2.112.214	817.081	1.295.133
Variação 1996-1999	-53,9	-0,8	-1,1	-3,9	0,7

Fonte: MEC/Inep/Secad

As matrículas nestas classes estão em processo de extinção. Não sabemos se o que está ocorrendo é apenas uma mudança no registro dessas matrículas no questionário do Censo Escolar ou se está em curso algum plano pedagógico para banir esta prática.

A pré-escola

A LDB, no seu artigo 32, estabelece que o ensino fundamental terá duração *mínima* de oito anos e faculta aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos. Assim, em um mesmo município, será

possível encontrar escolas com estruturas de organização diferentes (tempo de duração, ciclos e/ou seriação). Para se ter uma idéia de como esta organização está a cargo de cada administração local, as redes municipais de Resende (RJ), São João del-Rei e Mateus Leme (MG) estabeleceram que o ensino fundamental terá uma duração de nove anos, iniciando aos 6 anos de idade. Mas esta organização só é válida para a rede municipal. Diante das múltiplas possibilidades, o Censo Escolar solicita que seja feita uma correspondência entre o sistema seriado, para se obter a matrícula nestas escolas. O que queremos destacar é que parte da matrícula da pré-escola poderá ser incorporada ao ensino fundamental (veja a evolução da matrícula na pré-escola na Tabela 9).

A educação de jovens e adultos (supletivo)

No Estado da Bahia, o governo estadual, através da portaria nº 66/98, estabeleceu o fim do supletivo. Esses jovens e adultos, que freqüentam a escola, na sua grande maioria no turno noturno, foram incorporados ao ensino fundamental regular (Tabela 10). Esta iniciativa fez com que aumentasse bastante a matrícula na faixa etária de 14 anos na 1ª série (Tabela 4). Novamente, um outro contingente ingressando no ensino fundamental. Se esta for uma política generalizada, há ainda um contingente de aproximadamente 800 mil alunos matriculados nos cursos supletivos de 1ª a 4ª série e 1,2 milhão de 5ª a 8ª série, que pode vir a ser incorporado ao ensino fundamental (Tabela 9).

Tabela 10 – Evolução da matrícula na educação de jovens e adultos (fundamental), na pré-escola e em classes de alfabetização – Bahia 1997-1999

Anos	Educação de jovens e adultos (fundamental)			Classes de Alfabetização	Pré-escola
	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série		
1997	156.052	84.827	71.225	239.265	337.513
1998	6.177	2.550	3.627	89.487	251.221
1999	5.563	3.773	1.790	90.881	131.818
Varição 1997-1999	-96,4	-95,6	-97,5	-62,0	-60,9

Fonte: MEC/Inep/Censo

O controle de qualidade dos dados apurados pelo Censo Escolar

A partir de 1997, como um mecanismo de controle da qualidade dos dados obtidos nos levantamentos dos Censos Escolares, o Inep começou a implementar uma sistemática de verificação dos dados declarados pelas escolas ou pelos órgãos municipais de educação. Em alguns municípios, os resultados obtidos foram surpreendentes, com uma matrícula declarada no Censo Escolar muito superior à matrícula verificada pela pesquisa. Esta pesquisa se orientou nos documentos das escolas que registram a freqüência dos alunos (diários

de classe). Em alguns municípios, este documento sequer existia. Na maioria dos municípios, os erros são ocasionados pela frágil estrutura de organização das escolas. A partir dos resultados deste trabalho, o Inep iniciou um intenso processo de conscientização dos dirigentes dos órgãos municipais e estaduais de educação, no sentido de melhorar os processos de gestão administrativa da escola que, além do preenchimento correto do Censo Escolar, seguramente pode ter influência em aspectos pedagógicos. O próprio Inep desenvolveu um sistema informatizado de administração escolar⁷ e o colocou à disposição de qualquer escola com os requisitos mínimos para sua instalação.

⁷ Sistema de Administração Escolar (Saemec), desenvolvido para melhorar o ensino e facilitar o trabalho das escolas, possibilita uma administração eficiente e pode ser usado por escolas pequenas que possuem apenas um microcomputador com Windows 95 e banco de dados MS Access, como por escolas grandes ou por uma cadeia de escolas, usando NT Server, SQL Server e NT Workstations.

A progressão entre séries

No início deste texto, falamos da população-alvo do ensino fundamental. Com a possibilidade de o ensino fundamental ampliar o número de anos de duração e com a incorporação da clientela do supletivo, corre-se o risco de não se ter mais controle sobre a população a ser atendida neste nível de ensino. O fenômeno que está em pleno curso em São Paulo poderá demorar a ocorrer em outros Estados. No caso de São Paulo, observa-se a implementação das Classes de Aceleração, o início do processo de municipalização e a progressiva melhoria das taxas de rendimento e de transição do fluxo escolar, fazendo com que os alunos alcancem, em maior número, as séries superiores. Conseqüência: queda na matrícula no ensino fundamental, sobretudo nas séries iniciais. Pode parecer estranho, para um leitor desatento, que a queda da matrícula seja uma meta, mas não podemos deixar de lembrar que temos uma cobertura da população de 7 a 14 anos quase universal e que existem cerca de 7 milhões de alunos fora da faixa etária de 7 a 14 anos no ensino fundamental. Pensar em uma represa em que se abre sua comporta talvez ajude a entender este fenômeno.

O desafio que se apresenta neste momento para a equipe técnica do Inep é tentar definir um modelo de previsão do comportamento futuro da matrícula, considerando todos os componentes abordados anteriormente, que julgamos terem um impacto decisivo nesta matrícula, muitos deles com possibilidade totalmente imprevisível e de intensidade variável. De qualquer forma, o trabalho que aqui será apresentado fará opção por um dos múltiplos cenários que poderá vir a ocorrer com a matrícula, sem esquecer que o componente político poderá ser decisivo sobre a precisão da estimativa.

A metodologia de fluxo escolar

O sistema educacional brasileiro vem experimentando um forte processo de transformação na busca de uma solução para o problema quase crônico da distorção idade/série gerado, principalmente, pela retenção dos alunos no sistema. Nesse sentido, as redes de ensino

estão adotando medidas diversas para superar a questão, e os resultados podem facilmente ser observados pelo forte impacto na matrícula, especialmente sobre sua distribuição entre séries, o que torna ainda mais complexa a tarefa de projetá-las.

O momento da acomodação dessa situação depende da complexidade dos problemas locais e da intensidade do impacto das medidas escolhidas para superá-los. Sendo assim, procuramos orientar este trabalho elegendo uma metodologia que se apresentasse o mais sensível possível a essas mudanças.

A utilização do Modelo de Fluxo Escolar tem se apresentado como uma alternativa satisfatória, já que a estimativa da matrícula considera as taxas de transição calculadas a partir dos resultados do Censo Escolar nos dois últimos anos disponíveis. Este modelo é formalmente completo e foi amplamente discutido pela comunidade acadêmica. Inicialmente proposto pela Unesco (1986), sofreu adaptações para o caso brasileiro e a incorporação de formas de correção e ajustes dos dados sugeridos por Klein (1995).

As componentes básicas da metodologia de estimação da matrícula do ensino fundamental utilizada pelo Inep são os indicadores de progressão dos alunos, ou seja, as taxas de promoção, repetência e evasão. Com estes indicadores, é possível identificar o comportamento do fluxo dos alunos entre as sucessivas séries, e assim projetar parte da matrícula futura em cada série, considerando o contingente e a tendência apresentada a partir dos dados do último Censo Escolar disponível.

O desafio que se apresenta, no entanto, é o estabelecimento preciso de um cenário para o cálculo final das estimativas. Para tanto, é importante a identificação clara dos componentes de intervenção política que poderão interferir nessas projeções, além da intensidade com que podem vir a ser implantadas. Em geral, estas políticas violam a progressão clássica de fluxo escolar. Como exemplo desses componentes, podemos citar:

- a transferência das matrículas do supletivo para o ensino fundamental regular e o critério de progressão dessas matrículas, cujo comportamento observado não segue o processo de seriação contígua;

- o contingente de matrículas nas classes de aceleração e o critério para a progressão das séries (neste programa os alunos promovidos não se matriculam, obrigatoriamente, em séries contíguas);

- a reclassificação das matrículas do ensino fundamental regular;

- a adoção de um ensino fundamental regular com nove séries, sugerindo a incorporação das matrículas oriundas das classes de alfabetização e/ou da pré-escola.

Felizmente, o Inep dispõe de uma razoável base de dados demográfico/educacionais que permite uma avaliação histórica do comportamento dos parâmetros considerados pelo modelo.

O modelo de fluxo escolar descreve a movimentação dos alunos no ensino fundamental regular seriado sob o seguinte enfoque: o número de alunos que ingressa em uma série no início do ano letivo é o mesmo que deixa esta série no final do ano letivo. Ou seja, para cada série existe uma identidade entre o fluxo de entrada e o fluxo de saída:

- fluxo de entrada: alunos promovidos $PR_{(k,t)}$, e alunos repetentes $RPT_{(k,t)}$;

- fluxo de saída: alunos promovidos para a série seguinte $PR_{(k+1,t+1)}$, alunos que repetem a série atual $RPT_{(k,t+1)}$ e alunos que não irão se matricular no ano seguinte, ou alunos que evadem $EV_{(k,t)}$.

Os fluxos de entrada e saída do modelo consideram as seguintes hipóteses:

- um aluno só ingressa no sistema regular de ensino a partir da 1ª série;

- um aluno só poderá cursar uma série se tiver cursado todas as séries anteriores;

- um aluno somente sai do sistema evadindo-se ou graduando-se;

- se um aluno se evade, ele não mais retorna ao sistema; e

- as taxas de repetência, promoção e evasão para as diversas séries são estimadas para um determinado ano e são mantidas constantes ao longo do tempo.

Para atender a essas hipóteses, ou seja, pressupondo um sistema educacional fechado, são necessários ajustes nas informações de matrícula de dois anos consecutivos, de forma a restabelecer o seu equilíbrio interno, possibilitando, assim, o cálculo efetivo das taxas de transição.

É por esta razão que é necessário identificar o número de alunos que ingressaram no ensino fundamental no ano $t+1$ que se encontravam *fora do sistema regular de ensino* no ano t . Esse contingente é

formado por alunos que se encontravam no supletivo no ano t e/ou por alunos que estavam fora da escola no ano t e retornaram no ano $t+1$. Assim, teremos um novo diagrama para o modelo de fluxo escolar.

Nesse caso, para o cálculo das taxas de transição (já que estamos diante de um sistema escolar aberto, ou seja, a entrada de alunos *não* ocorre somente na 1ª série) foi necessária uma correção da matrícula inicial por série, para o ano de 1999, ou seja, foi deduzido da matrícula inicial de 1999 o contingente de fora do "sistema fundamental regular" levantado pelo Censo Escolar, em cada unidade da Federação. Essa correção, em conformidade com a metodologia de Klein (1995), "busca preservar a consistência do fluxo dos alunos, calibrando as matrículas de dois anos consecutivos de tal forma que seja avaliada a transição daqueles alunos que efetivamente encontravam-se matriculados".

Também, de acordo com as hipóteses propostas por Klein e objetivando tornar as taxas de transição mais próximas da realidade, foram consideradas as seguintes hipóteses:

- existência de uma proporção de *evadidos aprovados na 1ª série*;

- existência de uma proporção de *evadidos reprovados* específica para a 1ª série, de outra adotada para a 2ª série e ainda, de uma terceira proporção para as demais séries (essas proporções são distintas nas diversas unidades da Federação); e

- existência de *repetentes aprovados* na 1ª série, ou seja, alunos que repetem essa série apesar de terem sido aprovados no ano anterior (essa condição se refere, principalmente às unidades da Federação que apresentam a chamada série "0", decorrente da implantação de um sistema seriado formado por nove séries).

O trabalho aqui apresentado estima as matrículas do ensino fundamental regular por série e unidade da Federação, considerando as especificidades regionais e as políticas educacionais adotadas. Foi escolhido um cenário otimista para os anos projetados, pressupondo o ingresso na 1ª série de toda a população com 7 anos de idade. É importante salientar que, por hipótese, as projeções apresentadas consideraram as *taxas de transição de 1998-1999*, calculadas a partir dos Censos Escolares de 1998 e 1999.

As estimativas calculadas nesta simulação do fluxo, para os anos de 2000 e 2001, foram feitas em *duas etapas*. Na *primeira*, foram estimadas as taxas de transição (promoção, repetência e evasão) para o ano de 1998, utilizando-se os Censos Escolares de 1998 e 1999. Na *segunda* etapa, as matrículas foram efetivamente projetadas a partir dessas taxas de transição, incorporando, ainda, um contingente de novas matrículas relativas a alunos que estavam fora do sistema educacional regular, considerando um cenário específico para cada unidade da Federação, de acordo com as políticas locais *passíveis de identificação*.

É importante reafirmar que os programas de reclassificação e classes de aceleração são as maiores dificuldades encontradas pelo Inep para desenvolver o trabalho de estimativa das matrículas do ensino fundamental. A ausência de um mecanismo eficiente para informar a intempestividade dessas políticas, esclarecendo os critérios adotados nesses programas, prejudica a identificação de um cenário mais realista que contribua para o aprimoramento das estimativas.

Finalmente, visando a um melhor entendimento do Modelo de Fluxo Escolar, torna-se importante o conhecimento de alguns conceitos e definições, a saber:

1) Coorte: é um conjunto de pessoas que vivem, conjuntamente, uma série de eventos em um período de tempo, assim, o tamanho de uma coorte é o número de pessoas na coorte;

2) Matrícula Inicial ($MAT_{\{k,t\}}$): Número de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola na série k, no ano t, no Dia Nacional do Censo Escolar (última quarta-feira do mês de março de cada ano);

3) Transferidos ($TR_{\{k,t\}}$): Número de alunos da série k, no ano t, que deixaram de frequentar determinada escola, após o Dia Nacional do Censo Escolar, para ingressar em outra;

4) Admitidos ($AD_{\{k,t\}}$): Número de alunos que são admitidos na série k, no ano t, após o Dia Nacional do Censo Escolar;

5) Matrícula Total ($MT_{\{k,t\}}$): Matrícula Inicial + Admitidos – Transferidos + Reclassificados Admitidos – Reclassificados Transferidos na série k, no ano t;

6) Alunos Aprovados ($AP_{\{k,t\}}$): Número de alunos na série k, no ano t, que, ao final do ano letivo, preencheram os requisitos mínimos de aproveitamento e frequência, previstos em legislação;

7) Reprovados ($RPR_{\{k,t\}}$): Número de alunos na série k, no ano t, que, ao final do ano letivo, não preencheram os requisitos mínimos de aproveitamento e/ou frequência, previstos em legislação;

8) Afastados por Abandono ($AB_{\{k,t\}}$): Número de alunos na série k, no ano t, que deixaram de frequentar a escola, tendo sua matrícula cancelada (não inclui os alunos que se matricularam e nunca frequentaram a escola);

9) Matrícula Final ($MF_{\{k,t\}}$): Aprovados + Reprovados;

10) Repetentes ($RPT_{\{k,t\}}$): Número de alunos na série k, no ano t, que estavam matriculados no ano t-1 na mesma série k;

11) Promovidos ($PR_{\{k,t\}}$): Número de alunos na série k, no ano t, que estavam matriculados, no ano t-1, na série k-1;

12) Evadidos ($EV_{\{k,t\}}$): Número de alunos na série k, no ano t, que no ano t+1 não se matriculam;

13) Taxa de Repetência ($TX_RPT_{\{k,t\}}$): é a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que vão repetir a série k, no ano t+1;

14) Taxa de Promoção ($TX_PR_{\{k,t\}}$): é a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que vão se matricular na série k+1, no ano t+1;

15) Taxa de Evasão ($TX_EV_{\{k,t\}}$): é a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que não se matriculam no ano t+1;

16) Taxa de Reprovação ($TX_RPR_{\{k,t\}}$): é a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que são reprovados;

17) Taxa de Aprovação ($TX_AP_{\{k,t\}}$): é a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que são aprovados;

18) Taxa de Abandono ($TX_AB_{\{k,t\}}$): é a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que tiveram transferência não-efetivadas + os alunos afastados por abandono;

19) Matrícula na idade i: é o número de alunos matriculados, que no ano t completam a idade i;

20) População na idade i: é o número de pessoas que, na época de realização do Censo Demográfico (geralmente o segundo semestre do ano t), declararam ter a idade i (anos completos);

21) Matrícula no Supletivo de 1ª a 4ª série ($SUP_{\{14,t\}}$): Número de alunos matriculados no supletivo de 1ª a 4ª série (educação de jovens e adultos) no Dia Nacional do Censo Escolar do ano t;



22) Matrícula no Supletivo de 5ª a 8ª série ($SUP_{\{58,t\}}$): Número de alunos matriculados no supletivo de 5ª a 8ª série (educação de jovens e adultos) no Dia Nacional do Censo Escolar do ano t;

23) Matrícula em Classes de Alfabetização ($CA_{\{t\}}$): Número de alunos matriculados em classes de alfabetização no ano t;

24) Matrícula em Classes de Alfabetização com mais de 6 anos ($CA_{\{6,t\}}$): Número de alunos matriculados em classes de alfabetização que no ano t completam mais de 6 anos de idade;

25) Matrícula em Pré-escola ($PRE_{\{t\}}$): Número de alunos matriculados em pré-escola no ano t;

26) Matrícula em Pré-escola com mais de 6 anos ($PRE_{\{6,t\}}$): Número de alunos matriculados em pré-escola que no ano t completam mais de 6 anos de idade;

27) Coorte de 6 anos ($POP_{\{6,t\}}$): Número de pessoas que completam 6 anos no ano t;

28) Matrícula em Classes de Aceleração ($AC_{\{k,t\}}$): Número de alunos matriculados em classes de aceleração na série k (série de ingresso) no ano t;

29) Matrícula de alunos que não freqüentavam escola ($NF_{\{k,t\}}$): Número de alunos matriculados no ano t, na série k que, no ano t-1 não freqüentaram escola;

30) Matrícula de alunos que freqüentavam supletivo ($NS_{\{k,t\}}$): Número de alunos matriculados no ano t, na série k que, no ano t-1 freqüentaram o supletivo; e

31) Ingressos de Fora do Sistema ($IFS_{\{k,t\}}$): Número de alunos que ingressaram na série k, no ano t, que não estavam matriculados no ensino fundamental regular no ano t-1.

A dinâmica da matrícula por unidade da Federação

Nesta parte do trabalho apresentamos, para o Brasil e grandes regiões, uma pequena análise sobre o comportamento da matrícula nos últimos anos, abordando alguns indicadores e políticas que estão atuando diretamente no seu estoque total e em sua distribuição por série.

Para cada unidade de análise, é apresentado um quadro geral contendo: indicadores de atendimento; escolarização; situação demográfica da população escolarizável; matrícula e sua distribuição por nível, modalidade, idade e série; relações

entre coortes e matrícula; taxas de distorção idade/série; classes de aceleração; taxas de transição; além dos resultados obtidos na estimativa.

Brasil

A análise dos indicadores educacionais do Brasil, com base no Censo Escolar 1999, mostrou um país em processo de transformação, que num curto espaço de tempo apresentou resultados significativos, consolidando uma tendência positiva no sentido do bom desempenho de seu fluxo escolar para o ensino fundamental regular. No entanto, esses indicadores consolidados dificultam a percepção da heterogeneidade existente entre as regiões brasileiras. Apesar de as ações dos governos, em suas diversas instâncias, e da sociedade em geral estarem direcionadas para um problema comum a todas as regiões – elevada retenção de alunos nas séries iniciais do ensino fundamental regular, culminando em altas taxas de distorção idade/série – a análise localizada dessa questão nos revela uma realidade com níveis de complexidade e intensidade bastante distintos, exigindo estratégias e esforços diferentes para a sua superação. Sendo assim, os ganhos nacionais, apesar de aparentemente modestos, encobrem a grandeza dos esforços relativos empreendidos. Mesmo assim, é importante ressaltar que a transformação apresentada por esse gigante com dimensões continentais, com um estoque de 36.059.742 matrículas no seu ensino fundamental regular, não poderia ser tão rápida e que os progressos mostrados pelos indicadores educacionais foram conquistados num período de tempo bastante curto.

Com uma população residente na faixa etária de 7 a 14 anos, estimada pelo IBGE para 1999 em 27.029.455 habitantes, ao se comparar com a matrícula total do ensino fundamental regular, estabeleceu-se uma taxa de escolarização bruta para esse nível de ensino de 130,5%. Por outro lado, a taxa de atendimento da sua população nessa mesma faixa etária já atingiu 97% em 1999, com a conquista de 1,2 ponto percentual em relação ao ano de 1998.

Apesar de ainda existir uma alta retenção de alunos na 1ª série, com um estoque de matrículas apresentando, em 1999, uma equivalência a 2,03 coortes, em 1998 essa relação era ainda maior, correspondendo a 2,21 coortes.

Em 1999, a educação de jovens e adultos atendeu a 2.112.214 alunos, revelando um crescimento de 1,5% em relação a 1998. As matrículas de 5ª a 8ª série representaram praticamente o dobro daquelas de 1ª a 4ª série. As matrículas em Classes de Alfabetização, com 666.017 matrículas e uma queda de 17% em relação a 1998, mantiveram a tendência de retração apresentada nos últimos anos. A pré-escola mostrou estabilidade em seu estoque total de matrículas, apesar da queda de 13% naquelas com mais de 6 anos de idade.

A composição da matrícula da 1ª série, quanto à idade de seus alunos, revelou um quadro positivo, confirmando a tendência de queda no percentual de alunos com mais de 10 anos, que em 1998 estava em 19,9% e, em 1999, ficou em 16,6%.

O estoque total da matrícula do ensino fundamental regular, em 1999, apresentou uma desaceleração em seu crescimento, com um pequeno aumento de 0,7% no período 1998-1999. Em 1999, as matrículas de 5ª a 8ª série corresponderam a 72% das matrículas de 1ª a 4ª série. O processo de aceleração de aprendizagem contabilizou 1.207.593 matrículas em Classes de Aceleração, tendo havido um crescimento de 1,5% dessas matrículas quando comparadas com as de 1998. Em 1999, as matrículas em Classes de Aceleração representaram 3,3% do

total de matrículas do ensino fundamental regular. Os percentuais de ingresso de alunos de fora do sistema de ensino regular, resultado da pressão da demanda dos alunos que estão retornando à escola, de uma maneira geral, apresentaram queda em relação a 1998.

As taxas de distorção idade/série continuaram sua tendência de queda, com valores variando entre 32% a 53%.

As taxas de transição (promoção, repetência e evasão) continuaram sua tendência positiva em todas as séries do ensino fundamental regular. A taxa de repetência por série, calculada para 1998-1999, foi de 40,1% na 1ª série e, numa seqüência decrescente, atingiu o valor de 12,4% na 4ª série. Na 5ª série assumiu o valor de 22,2% e chegou na 8ª série a 11,2%. A expectativa no comportamento do estoque de matrícula do ensino fundamental regular para os anos de 2000 e 2001, diante dos indicadores educacionais analisados, é de queda. No entanto, em 2000, essa retração somente é verificada nas matrículas da 1ª, 2ª e 5ª séries. Já em 2001, considerando o fluxo dos alunos, essa queda é refletida nas matrículas da 1ª, 2ª, 3ª e 6ª séries. Essa hipótese é válida considerando-se a manutenção do quadro educacional atual.

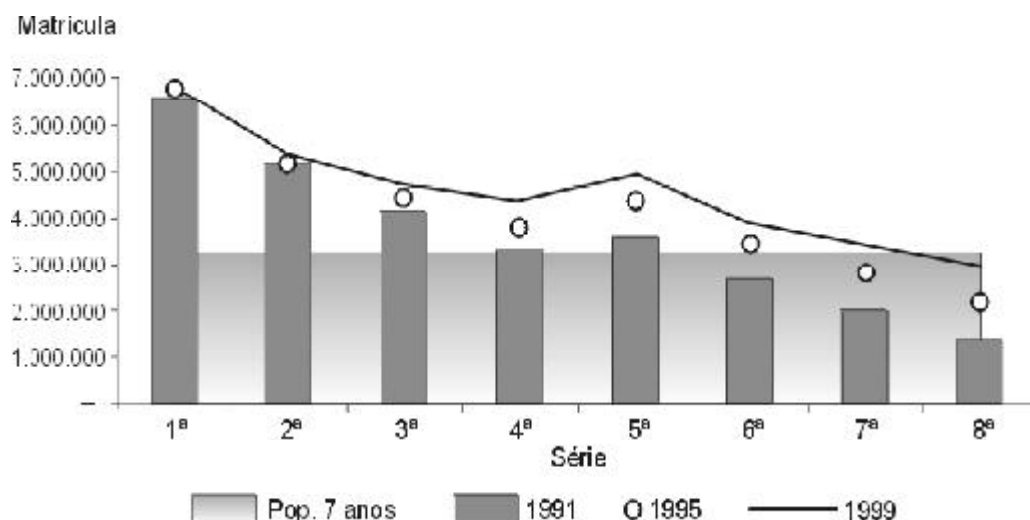


Gráfico 1 – Evolução da distribuição da matrícula por série no ensino fundamental – Brasil 1991-1999

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Tabela 11 – Dados Básicos do Modelo de Estimação de Matrículas via Fluxo Escolar – Brasil 1996-2001

(continua)

Variável	Ano					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Dados Gerais						
População residente de 14 anos			85,8	87,0		
População residente de 14 anos			1,211	1,226		
População residente de 14 anos	27.073.811	27.073.863	27.240.074	27.028.910	28.039.842	28.107.108
População residente de 14 anos	1.243.888	1.258.398	1.252.888	1.252.876	1.252.498	1.258.026
Educação de Jovens e Adultos						
Matrículas em J e A de 1996	328.167	328.372	328.167	327.267		
Matrículas em J e A de 1997	1.248.897	1.311.395	1.240.119	1.240.133		
Classe de Alfabetização						
Matrículas em CA	1.431.027	1.428.714	1.328.341	865.274		
Matrículas em CA de 1996	303.340	643.400	328.347	328.347		
Pré-Escola						
Matrículas em PE	4.242.108	4.242.303	4.111.120	4.242.343		
Matrículas em PE de 1996	438.253	438.817	438.821	393.343		
Ensino Fundamental						
Matrículas em EF	34.131.270	34.232.431	35.452.434	35.232.422	35.832.122	35.425.134
Matrículas em EF de 1996	30.024.240	30.519.120	31.223.120	32.023.128	32.423.128	32.273.128
Matrículas em EF de 1997	13.104.531	13.027.390	13.213.231	13.213.239	13.423.128	13.823.128
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental						
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental	1.381	2.222	2.221	2.222	2.222	1.121
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental	1.101	1.222	1.101	1.101	1.101	
População residente de 14 anos						
População residente de 14 anos	85,2		85,1	85,1	85,1	
População residente de 14 anos	20,4		20,4	20,4	20,4	
População residente de 14 anos	10,5		10,5	10,5	10,5	
População residente de 14 anos	3,8		3,8	3,8	3,8	

Variável / Ano	Ensino Fundamental								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Matrícula Inicial									
1998	33.137,270	3.434.426	4.724.233	4.403.825	3.204.322	4.327.473	3.402.242	3.134.838	2.343.274
1999	34.223,623	3.474.134	3.741.334	4.274.325	4.113.311	4.114.172	3.133.210	2.323.337	2.423.343
2000	34.112,047	3.321.472	3.724.334	4.074.324	4.211.322	4.044.172	3.034.123	3.212.034	2.112.237
2001	34.013,722	3.243.415	3.247.227	4.272.032	4.11.027	4.021.242	3.171.411	3.415.222	2.024.242
2002	34.000,000	3.123.000	3.123.000	4.123.000	4.123.000	4.123.000	4.123.000	4.123.000	3.123.000
2003	34.013,722	3.123.000	4.013.722	4.123.000	4.123.000	4.123.000	4.123.000	4.123.000	3.123.000
Ingressos de Fora do Sistema Regular									
1998			3.123	3.123	3.123	3.123	3.123	3.123	3.123
1999			3.123	3.123	3.123	3.123	3.123	3.123	3.123
2000			3.123	3.123	3.123	3.123	3.123	3.123	3.123
2001			3.123	3.123	3.123	3.123	3.123	3.123	3.123
Matrícula em Classe de Aceleração por Sete de Ingresso									
1998	1.123,333	123,333	123,333	123,333	123,333	123,333	123,333	123,333	123,333
1999	1.234,444	123,444	123,444	123,444	123,444	123,444	123,444	123,444	123,444
Taxa de Distorção Idade/Série									
1998	4,23	4,23	4,23	4,23	4,23	4,23	4,23	4,23	4,23
1999	4,34	4,34	4,34	4,34	4,34	4,34	4,34	4,34	4,34
1998	4,45	4,45	4,45	4,45	4,45	4,45	4,45	4,45	4,45
Taxa de Promoção									
1998/1997	88,8	87,5	88,5	88,5	87,4	87,4	87,4	87,5	85,1
1999/1998	73,7	68,7	73,8	73,8	68,4	67,5	67,2	68,7	68,2
1999/1999	74,9	69,8	74,7	74,8	69,4	69,4	69,3	68,4	67,8
Taxa de Repetência									
1998/1997	28,8	41,5	31,2	31,3	18,8	34,3	24,3	16,8	15,5
1999/1998	25,4	42,9	34,8	17,6	17,4	16,8	11,7	12,4	13,4
1999/1999	27,3	41,7	30,8	11,9	12,4	12,2	11,8	12,1	11,2

Fonte: MEC/Confederação Nacional de Dirigentes Locais de Escolas (Codels) - 1998-2003. Elaborado pelo IUPERJ em parceria com o IUPERJ e o IUPERJ.

Norte

Detentora, em relação ao País, de aproximadamente 9% das matrículas do ensino fundamental regular e da população de 7 a 14 anos, a Região Norte apresentou mudanças ainda suaves no sentido de solucionar os problemas educacionais mostrados pelos indicadores calculados a partir dos dados do Censo Escolar 1999.

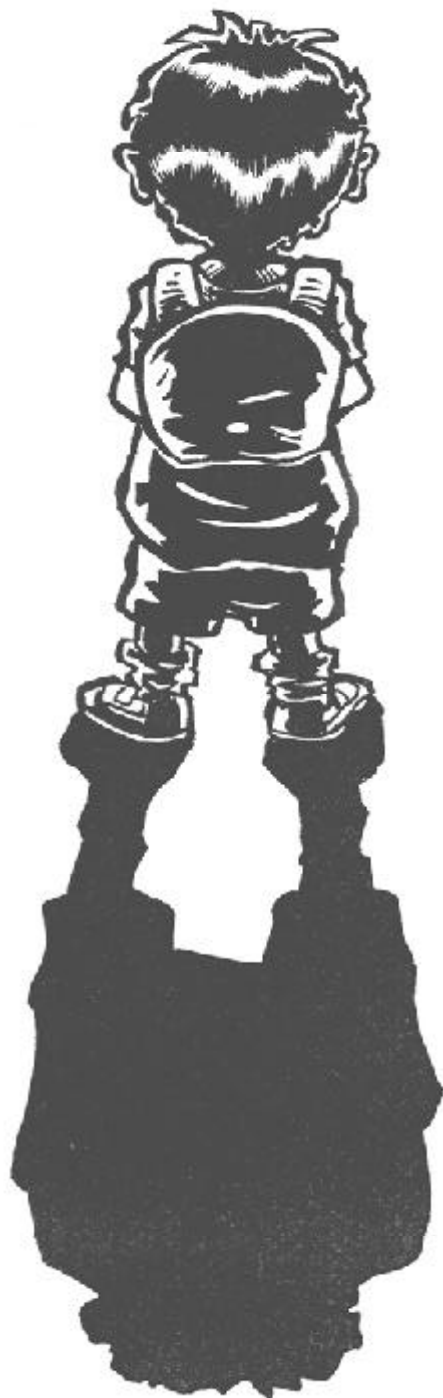
Com uma surpreendente retenção de alunos na 1ª série, equivalente a 2,74 coortes (1999), o caminho para superação dos problemas da Região Norte exige a adoção de políticas educacionais estratégicas que otimizem os esforços da sociedade e dos governos.

Em 1999, a educação de jovens e adultos, com um contingente de 327.749 alunos, apresentou um crescimento de 4% no biênio 1998-1999, mantendo a relação aproximada de um para dois entre as matrículas de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série.

As matrículas em classes de alfabetização, que vêm apresentando uma retração nos últimos dois anos naquelas com mais de 6 anos de idade, sugeriram a existência de uma política de alocação desse contingente nas séries iniciais do ensino fundamental regular. Na pré-escola, com um estoque total de 297.943 matrículas, apesar da estabilidade no número total de alunos, também ocorreu uma queda no percentual das matrículas com mais de 6 anos de idade, na ordem de 3%.

A composição da matrícula da 1ª série, quanto à idade de seus alunos, revelou um quadro positivo, com o aumento relativo daqueles com menos de 10 anos de idade. Em 1996, o percentual estava em 73,1%, passando para 73,9% em 1998 e, em 1999, chegando a 78%.

A matrícula total no ensino fundamental regular, em 1999, apresentou uma desaceleração no seu crescimento. Enquanto nos períodos 1996-1997 e 1997-1998 o crescimento ficou em torno de 7%, no biênio 1998/1999 ele caiu para 3%. A relação entre as matrículas de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série, de acordo com os dados do último Censo Escolar, foi de dois para um, ou seja, o contingente de alunos das séries iniciais é o dobro das séries finais, confirmando a grande retenção de alunos ainda existentes no ensino fundamental regular da região. No entanto, o processo de aceleração de aprendizagem,



visando melhorar o sincronismo idade/série, encontra-se em curso, com políticas mais voltadas para as três séries iniciais, que detêm 73% das matrículas em classes de aceleração. Apesar de as matrículas em classes de aceleração representarem apenas 1,3% (41.924 matrículas) do total de matrículas do ensino fundamental regular, aumentaram em 42% quando comparadas com as do ano de 1998. Os percentuais de ingresso de alunos de fora do sistema de ensino regular mantiveram-se estáveis, apresentando valores inferiores a 3,1% na maioria das séries, exceto na 5ª série onde esse percentual foi de 5,1%.

As taxas de distorção idade/série, apesar de mostrarem uma tendência de queda, ainda se encontram bastante elevadas, com valores variando entre 44% e 69%.

As taxas de transição (promoção, repetência e evasão) apresentaram melhoria para todas as séries, apesar de ainda estarem distantes da situação ideal. A taxa de repetência por série, para 1998-1999, foi calculada em 54,8% na 1ª série e, numa seqüência decrescente, atingiu o valor de 18,7% na 4ª série. Na 5ª série assumiu o valor de 27,4% e, mantendo o mesmo comportamento decrescente, chegou a 16,8% na 8ª série.

A expectativa de evolução da matrícula do ensino fundamental regular para os anos de 2000 e 2001, diante dos indicadores educacionais analisados, é de aumento em seu estoque total e o início de queda na 1ª e 2ª séries, o que acarretará o aumento da matrícula nas demais, refletindo a melhoria do fluxo escolar.

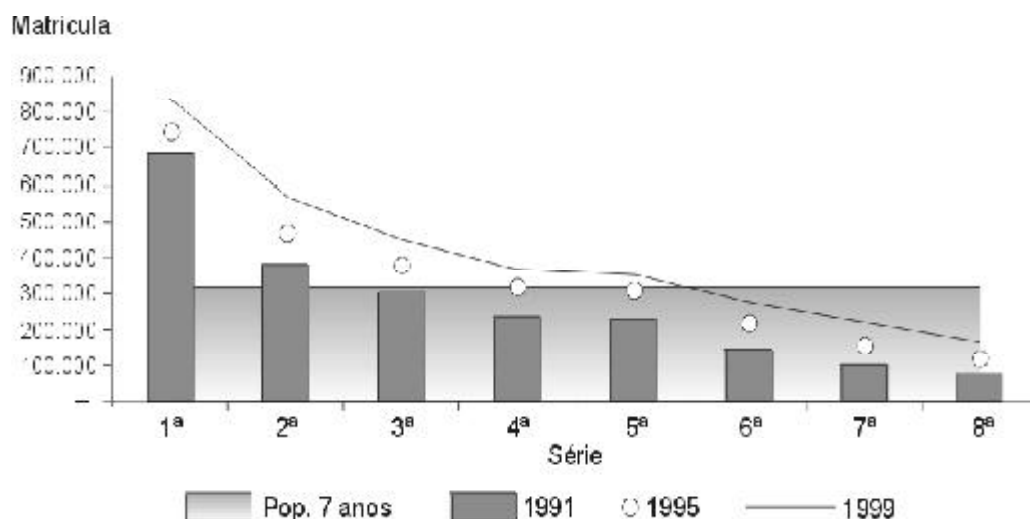


Gráfico 2 - Evolução da distribuição da matrícula por série no ensino fundamental - Norte 1991-1999

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Tabela 12 – Dados Básicos do Modelo de Estimação de Matrículas via Fluxo Escolar – Norte 1996-2001

(continua)

Variável	Ano				
	1996	1997	1998	1999	2000
Dados Gerais					
Total de matrículas 7 a 14 anos			858	858	
Total do Ensino Fundamental Fundamental			1.667	1.667	
População 7 a 14 anos	2.367.416	2.363.389	2.360.419	2.357.472	2.354.294
População 7 a 14 anos	209.878	210.388	210.387	207.462	208.818
Educação de Jovens e Adultos					
Matrículas de 1ª a 4ª série	61.831	101.178	120.746	122.881	
Matrículas de 5ª a 8ª série	148.274	161.324	169.824	202.183	
Classe de Alfabetização					
Matrículas de 1ª a 4ª série	209.835	216.880	174.734	121.428	
Matrículas de 5ª a 8ª série	113.213	111.883	82.344	71.102	
Pré-Escola					
Matrículas de 1ª a 4ª série	329.418	325.400	288.888	287.873	
Matrículas de 5ª a 8ª série	41.876	34.528	34.381	23.118	
Ensino Fundamental					
Matrículas de 1ª a 4ª série	2.024.161	1.911.885	1.787.888	1.768.188	1.758.471
Matrículas de 5ª a 8ª série	1.094.831	1.039.326	1.224.891	1.209.348	1.200.126
Matrículas de 9ª a 11ª série	288.122	324.810	372.851	400.181	419.888
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental					
Matrículas de 1ª a 4ª série	2.111	2.777	3.251	2.724	2.718
Matrículas de 5ª a 8ª série / População de 7 a 8 anos	1.106	1.188	1.181	1.112	
População em 11ª a 14ª anos					
Matrículas de 7 a 8 anos	3.0		38	58	
11 a 14 anos	78.1		708	720	
15 a 18 anos	22.2		183	188	
Matrículas de 9 a 11 anos	4.7		88	81	

Variável / Ano	Ensino Fundamental								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Matrícula Inicial									
1998	2.028.841	428.284	418.116	421.181	426.149	429.124	432.108	435.122	438.224
1999	1.971.816	428.214	427.841	427.188	427.722	427.983	428.181	428.312	428.429
2000	1.922.812	425.114	425.155	424.824	424.818	424.821	424.822	424.815	424.822
2001	1.905.218	424.841	424.428	424.212	424.118	424.125	424.124	424.125	424.122
2002	1.895.934	424.212	424.115	424.112	424.112	424.112	424.112	424.112	424.112
2003	1.890.411	424.212	424.112	424.112	424.112	424.112	424.112	424.112	424.112
Ingressos de Fora do Sistema Regular									
1998			8.221	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.221
1999			8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222
2000			8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222
2001			8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222
2002			8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222
2003			8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222
Matrícula em Classe de Aceleração por Série de Ingresso									
1998	28.114	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222	8.222
1999	41.122	12.222	12.222	12.222	12.222	12.222	12.222	12.222	12.222
Taxa de Distorção Idade/Série									
1998	82,5	18,7	32,1	26,2	34,8	40,1	37,6	32,7	28,8
1999	81,5	17,7	32,5	24,5	34,8	38,7	37,4	31,7	28,8
2000	100,5	44,8	12,8	22,8	37,7	40,5	38,5	34,7	31,2
Taxa de Promoção									
1999/98	14,0	42,8	33,7	92,7	61,1	68,0	60,2	60,1	67,2
2000/99	100,7	43,5	42,2	74,3	82,2	78,2	81,8	81,1	86,1
2001/00	100,8	44,2	39,8	77,7	89,8	82,5	80,8	80,8	87,2
Taxa de Repetência									
1999/98	11,8	15,7	38,1	28,5	21,8	16,5	12,2	12,4	12,1
2000/99	24,7	15,4	28,1	25,7	22,7	12,2	21,8	21,1	18,2
2001/00	32,2	18,8	28,1	22,4	11,7	12,4	21,2	17,8	12,1

Fonte: MEC/Inep/Anexo
 Nota: Taxa de repetência refere-se ao ano anterior. Taxa de promoção refere-se ao ano anterior. Taxa de matrícula fora do sistema regular refere-se ao ano anterior.

Nordeste

No Censo Escolar 1999 foram declaradas 12.492.156 matrículas no ensino fundamental regular da Região Nordeste, representando 35% das matrículas nesse nível de ensino em todo o Brasil. Sua população residente na faixa etária de 7 a 14 anos, estimada pelo IBGE, correspondia a 32% da população do País nessa mesma faixa etária.

As estatísticas educacionais da Região Nordeste, calculadas pelo Inep, mostraram um quadro de grandes transformações no sentido de solucionar os problemas de fluxo escolar enfrentados, historicamente, pela região.

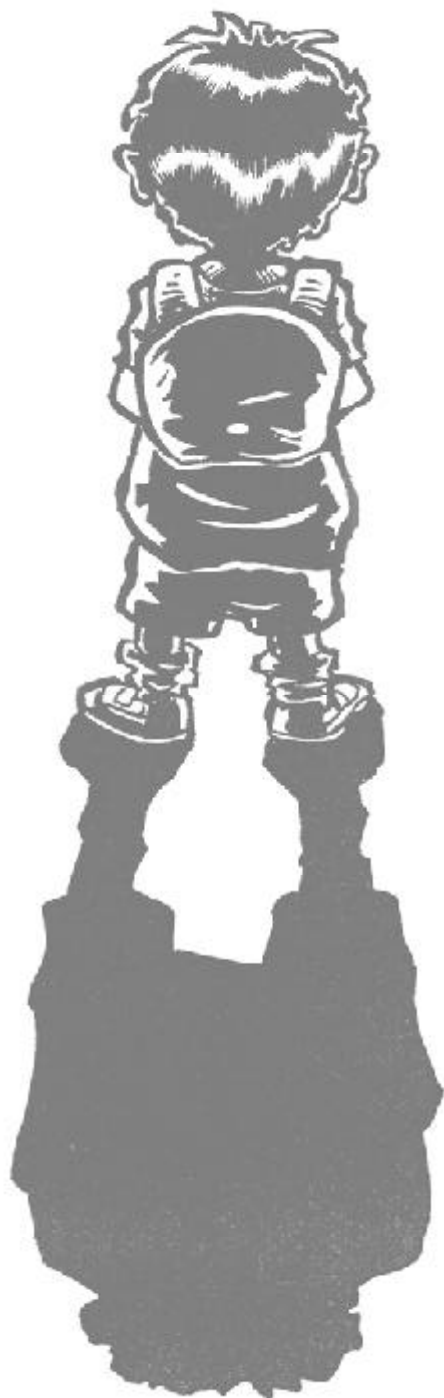
Apesar da surpreendente retenção de alunos na 1ª série, equivalente a 2,84 coortes (1999), as grandes mudanças no comportamento dos indicadores educacionais, ocorridas num curto espaço de tempo, refletiram os esforços que estão sendo dirigidos, por parte dos governos e sociedade, para a solução dessa questão.

Em 1999, a educação de jovens e adultos, com um contingente de 494.649 alunos, apresentou uma relativa estabilidade, mantendo a relação aproximada de um para dois entre as matrículas de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série.

As matrículas em classes de alfabetização, que apresentaram uma significativa retração do ano de 1997 para 1998, mantiveram-se relativamente estáveis em 1999, com 400.927 matrículas, ficando para a pré-escola um estoque total de 1.268.816 matrículas. Apesar da estabilidade no número total de alunos, observou-se um comportamento de queda no percentual das matrículas com mais de 6 anos de idade, calculado para o biênio 1998/1999 em 22% para as classes de alfabetização e 14% na pré-escola.

A composição da matrícula da 1ª série, quanto à idade de seus alunos, revelou um quadro positivo, com o aumento relativo daquelas com menos de 10 anos de idade. Em 1998, o percentual estava em 69,4% e, em 1999, chegou a 73,1%.

A matrícula total no ensino fundamental regular, em 1999, apresentou uma desaceleração no seu crescimento. Enquanto nos períodos 1996-1997 e 1997-1998 o crescimento ficou em, respectivamente, 6% e 9%, no biênio 1998/1999 revelou apenas 2% de crescimento. A relação entre as matrículas



de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série, de acordo com os dados do último Censo Escolar, foi de dois para um, ou seja, o contingente de alunos das séries iniciais é o dobro das séries finais, confirmando a grande retenção de alunos ainda existentes no ensino fundamental regular da região. No entanto, o processo de aceleração de aprendizagem, visando melhorar o sincronismo idade/série, encontra-se em curso, com políticas mais fortemente voltadas para as séries ímpares, que detêm 82% das matrículas em Classes de Aceleração. Apesar de as matrículas em Classes de Aceleração representarem apenas 5% (610.245 matrículas) do total de matrículas do ensino fundamental regular, aumentaram em 48% quando comparadas ao ano de 1998. Os percentuais de ingresso de alunos de fora do sistema de ensino regular mantiveram-se estáveis, apresentando valores inferiores a 2,3% na maioria das séries, exceto na 5ª série, onde esse percentual foi de 4,2%.

As taxas de distorção idade/série, apesar de mostrarem uma tendência de queda, ainda encontram-se bastante elevadas, com valores variando entre 47% e 72%.

As taxas de transição (promoção, repetência e evasão) apresentaram melhoria na grande maioria das séries do ensino fundamental regular, apesar de ainda estarem distantes da situação ideal. A taxa de repetência por série, para 1998/1999, foi calculada em 52,8% na 1ª série e, numa sequência decrescente, atingiu o valor de 17,1% na 4ª série. Na 5ª série assumiu o valor de 29,6% e chegou na 8ª série a 14,1%.

A expectativa de evolução da matrícula do ensino fundamental regular para os anos de 2000 e 2001, diante dos indicadores educacionais analisados, é de aumento em seu estoque total e início da queda da matrícula na 1ª e 2ª séries no ano 2000, com a adesão desse comportamento para a 3ª série a partir de 2001. Essa tendência é válida considerando-se a manutenção do quadro educacional atual.

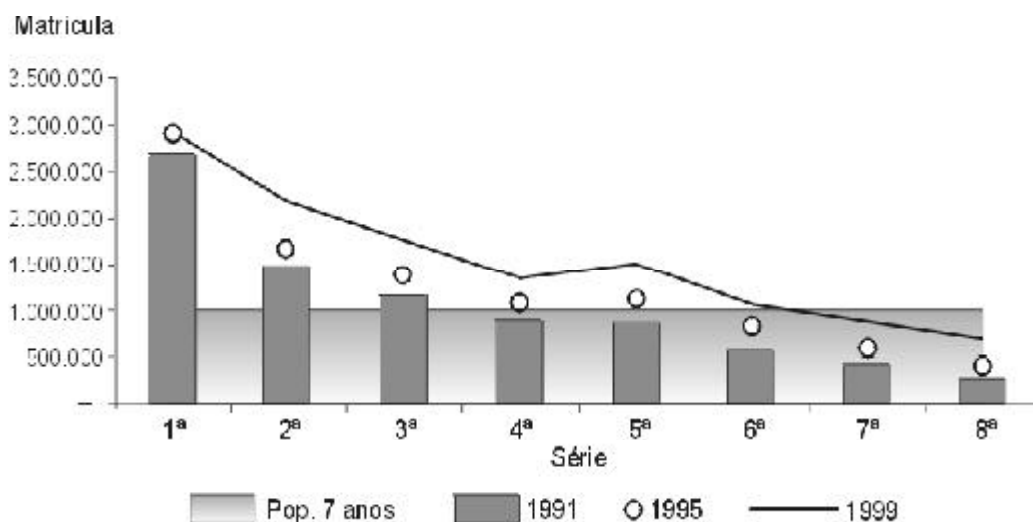


Gráfico 3 – Evolução da distribuição da matrícula por série no ensino fundamental – Nordeste 1991-1999

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Tabela 13 – Dados Básicos do Modelo de Estimação de Matrículas via Fluxo Escolar – Nordeste 1996-2001

(continua)

Variável	Ano					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Dados Gerais						
População residente & 15 anos			3024	3058		
População residente & 15 anos			1277	1272		
População residente & 15 anos	11229331	11361100	11429331	11490344	11549310	11602810
População residente & 15 anos	11361100	11490344	11602810	11714258	11825752	11937174
Educação de Jovens e Adultos						
Matrículas em J.E.A. e EJA	245882	318773	278182	308777		
Matrículas em J.E.A. e EJA	106438	326940	188181	128190		
Classe de Alfabetização						
Matrículas em CA	1271906	1157381	1211906	1221927		
Matrículas em CA e EJA	1228519	992320	1171757	1281940		
Pré-Escola						
Matrículas em PE	1462151	1437173	1358173	1291178		
Matrículas em PE e EJA	238275	197182	188181	183180		
Ensino Fundamental						
Matrículas em EF	13475428	11146138	12270131	12402135	12394111	12344182
Matrículas em EF e EJA	7249770	7239820	6241177	6240222	6239267	6238312
Matrículas em EF e EJA	3238458	3428137	3238134	3237134	3236134	3235134
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental						
Matrículas em 1ª Série do Ensino Fundamental	3372	3372	3372	3372	3372	3372
Matrículas em 1ª Série do Ensino Fundamental	1177	1177	1177	1177	1177	1177
População residente & 15 anos						
População residente & 15 anos	24		52	81		
População residente & 15 anos	10,6		14,8	20,8		
População residente & 15 anos	24,1		20,2	18,2		
População residente & 15 anos	8,8		10,7	12,7		

Variável / Ano	Ensino Fundamental								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Matrícula Inicial									
1988	12.675.418	2.117.878	1.181.817	1.221.157	1.291.191	1.401.158	1.511.158	1.621.158	1.731.158
1989	11.119.118	2.035.812	1.110.158	1.161.158	1.211.158	1.261.158	1.311.158	1.361.158	1.411.158
1990	10.211.118	2.017.118	1.091.158	1.141.158	1.191.158	1.241.158	1.291.158	1.341.158	1.391.158
1991	10.411.118	2.016.118	1.091.158	1.141.158	1.191.158	1.241.158	1.291.158	1.341.158	1.391.158
2000	12.684.118	2.118.118	1.111.158	1.161.158	1.211.158	1.261.158	1.311.158	1.361.158	1.411.158
2001	12.833.118	2.117.118	1.111.158	1.161.158	1.211.158	1.261.158	1.311.158	1.361.158	1.411.158
Ingressos de Fora do Sistema Regular									
1988	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118
1989	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118
1990	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118
1991	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118
Matrícula em Classe de Aceleração por Série de Ingresso									
1988	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118
1989	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118
1990	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118
1991	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118	6.118
Taxa de Distorção Idade/Série									
1988	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7
1989	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7
1990	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7
1991	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7	35,7
Taxa de Promoção									
1988/1989	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1
1989/1990	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1
1990/1991	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1	61,1
Taxa de Repetência									
1988/1989	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7
1989/1990	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7
1990/1991	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7

Fonte: IBGE, Censo Escolar. Nota: Taxa de distorção idade/série = (matrícula em classe de aceleração por série de ingresso / matrícula em classe regular) x 100. Taxa de promoção = (matrícula em classe de aceleração por série de ingresso / matrícula em classe regular) x 100. Taxa de repetência = (matrícula em classe de aceleração por série de ingresso / matrícula em classe regular) x 100.

Sudeste

Em 1999, a Região Sudeste respondeu por 13.187.969 matrículas do ensino fundamental regular, correspondendo a 36% das matrículas nesse nível de ensino em todo o Brasil. Sua população residente na faixa etária de 7 a 14 anos, estimada pelo IBGE, correspondia a 38% da população do País nessa mesma faixa etária.

As estatísticas educacionais da Região Sudeste, calculadas pelo Inep, mostraram um quadro bastante favorável em que já são evidentes os resultados de equilíbrio do fluxo escolar do ensino fundamental regular.

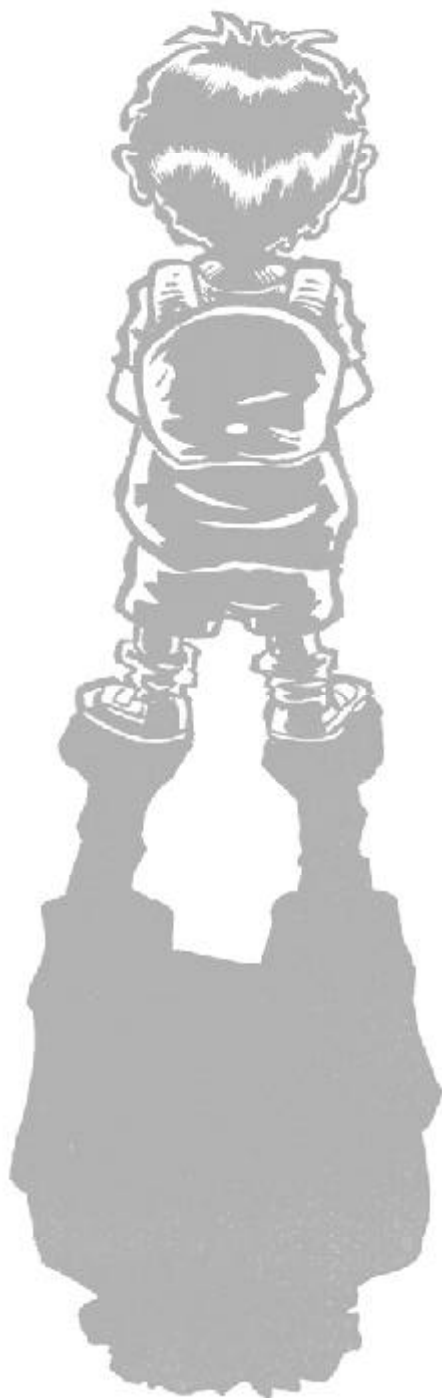
Apesar de ainda existir retenção de alunos na 1ª série, o estoque total de matrículas nessa série apresentou, em 1999, uma equivalência a 1,49 coorte, representando uma das menores relações quando comparada com as demais regiões do País.

Em 1999, a matrícula da educação de jovens e adultos foi de 811.431 alunos e apresentou o mesmo comportamento de 1998, com um suave crescimento de 2,4%. A relação entre a matrícula de 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série manteve-se estável em um para três.

As matrículas em classes de alfabetização conservaram a sua tendência de retração, com uma queda, em relação a 1998, de 50% no seu estoque total de matrículas. A pré-escola apresentou o mesmo comportamento dos últimos três anos, chegando, em 1999, a 1.897.533 matrículas.

A composição da matrícula da 1ª série, quanto à idade de seus alunos, revelou um quadro bastante positivo, confirmando a tendência de queda do percentual de alunos com mais de 10 anos, que em 1998 estava em 5,2% e, em 1999, chegou a 4,7%.

A matrícula total no ensino fundamental regular, em 1999, iniciou seu processo de queda (-0,5%) e a relação entre as matrículas de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série, de acordo com os dados do Censo Escolar 1999, apresentou-se de um para um. Mesmo assim, o processo de aceleração de aprendizagem continua com políticas mais concentradas nas séries finais, onde se encontram 73% das matrículas em classes de aceleração. Em 1999, as matrículas em classes de aceleração representaram 3% (425.213 matrículas) do total de matrículas do ensino fundamental regular.



Os percentuais de ingresso de alunos de fora do sistema de ensino regular mantiveram-se estáveis, apresentando valores inferiores a 3%.

As taxas de distorção idade/série continuam sua tendência de queda, com valores variando entre 12% e 44%.

As taxas de transição (promoção, repetência e evasão) continuam sua tendência positiva em todas as séries do ensino fundamental regular, encontrando-se próximas da situação ideal. A taxa de repetência por

série, para 1998/1999, foi calculada em 18% na 1ª série e, numa seqüência decrescente, atingiu o valor de 7,6% na 4ª série. Na 5ª série assumiu o valor de 12,9% e chegou na 8ª série a 8,5%.

A expectativa de evolução da matrícula do ensino fundamental regular para os anos de 2000 e 2001, diante dos indicadores educacionais analisados, é de queda em seu estoque total, decorrente da queda na matrícula de todas as séries. Essa hipótese é válida considerando-se a manutenção do quadro educacional atual.

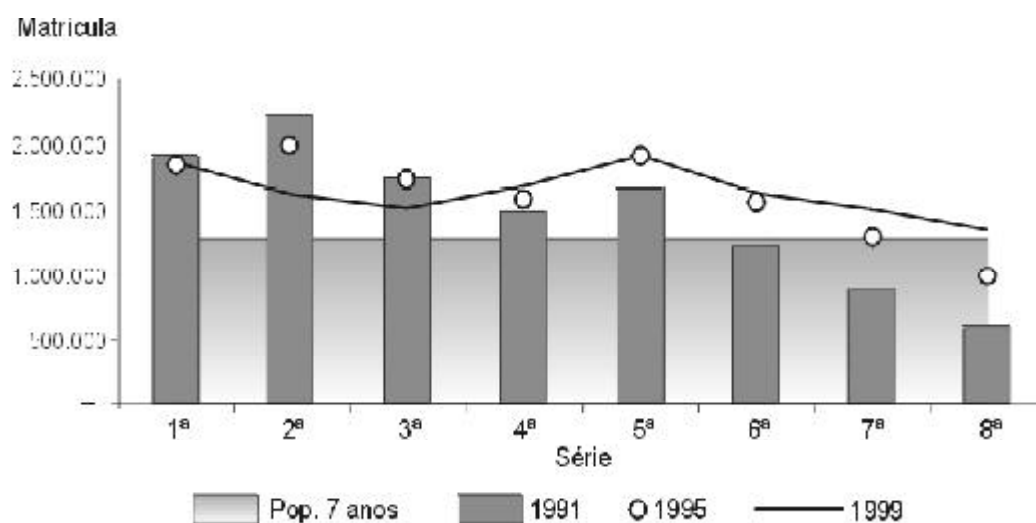


Gráfico 4 – Evolução da distribuição da matrícula por série no ensino fundamental – Sudeste 1991-1999

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Tabela 14 – Dados Básicos do Modelo de Estimação de Matrículas via Fluxo Escolar – Sudeste 1996-2001

(continua)

Variável	Ano					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Dados Gerais						
População residente de 0 a 14 anos			827	812		
População residente de 15 anos e mais			134	122		
População residente de 0 a 14 anos	11 088 819	10 412 310	10 048 381	9 671 891	9 337 409	9 038 107
População residente de 15 anos e mais	1 288 839	1 250 887	1 233 248	1 243 428	1 245 138	1 247 994
Educação de Jovens e Adultos						
Matrículas em Jovens e Adultos	307 041	322 472	1 631 150	2 047 478		
Matrículas em Jovens e Adultos	20 270	830 000	1 624 188	820 112		
Classe de Alfabetização						
Matrículas em Classe de Alfabetização	229 471	244 866	1 851 248	11 181		
Matrículas em Classe de Alfabetização	138 858	140 108	81 008	30 391		
Pré-Escola						
Matrículas em Pré-Escola	1 258 661	1 042 116	1 121 180	1 067 668		
Matrículas em Pré-Escola	131 241	230 817	238 875	210 818		
Ensino Fundamental						
Matrículas em Ensino Fundamental	12 438 874	12 032 822	12 283 814	12 110 888	12 002 854	12 041 111
Matrículas em Ensino Fundamental	7 214 814	6 833 408	6 610 289	6 433 245	6 198 311	6 198 433
Matrículas em Ensino Fundamental	5 224 060	5 200 414	5 673 525	5 677 643	5 804 543	5 842 678
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental						
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental	1 168	1 228	1 422	1 428	1 424	1 381
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental	1 168	1 228	1 422	1 428	1 424	1 381
População residente de 15 anos e mais						
Matrículas em Jovens e Adultos	4,7		4,0	3,1		
Matrículas em Classe de Alfabetização	18,8		20,7	22,2		
Matrículas em Pré-Escola	4,1		3,4	2,9		
Matrículas em Ensino Fundamental	2,5		1,8	1,8		

Variável / Ano	Ensino Fundamental								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Matrícula Inicial									
1989	12 819 822	1 245 298	1 888 287	1 245 153	1 259 239	1 887 378	1 877 138	1 245 183	1 245 402
1990	13 020 828	1 352 378	1 972 824	1 358 987	1 372 228	1 971 774	1 961 117	1 358 808	1 358 828
1991	13 36 874	1 428 278	1 978 822	1 428 518	1 442 345	1 977 184	1 967 150	1 428 378	1 428 344
1992	13 712 828	1 505 238	1 928 825	1 512 827	1 527 274	1 927 432	1 917 388	1 512 321	1 512 328
1993	12 888 812	1 408 822	1 888 278	1 408 221	1 422 322	1 887 828	1 877 828	1 408 183	1 408 184
1994	12 438 828	1 278 828	1 887 827	1 278 228	1 292 187	1 886 828	1 876 183	1 278 183	1 278 182
Ingressos de Fora do Sistema Regular									
1989			2 211	2 210	2 210	2 210	2 210	2 210	2 210
1990			2 210	2 210	2 210	2 210	2 210	2 210	2 210
1991			2 210	2 210	2 210	2 210	2 210	2 210	2 210
Matrícula em Classe de Aceleração por Série de Ingresso									
1989	538 828	12 819	23 827	51 221	37 438	189 828	188 308	51 827	38 202
1990	225 278	11 818	21 281	31 184	20 177	101 827	100 828	31 183	21 181
Taxa de Distorção Idade/Série									
1989	34,0	18,7	20,5	22,1	34,2	47,4	43,1	23,8	44,8
1990	34,2	14,7	22,8	25,8	34,8	45,2	41,5	45,4	44,8
1991	34,8	19,8	14,2	24,5	21,8	36,4	38,8	29,2	48,8
Taxa de Promoção									
1989/1987	11,2	41,8	17,8	32,0	37,4	88,8	12,4	21,4	27,8
1989/1988	11,3	41,8	18,1	38,4	38,1	88,4	28,1	21,7	27,8
1989/1988	11,5	41,8	18,2	38,8	37,2	88,7	28,3	21,8	27,8
Taxa de Repetência									
1989/1987	17,4	18,8	20,8	14,8	18,8	24,0	18,1	14,8	11,1
1989/1988	12,4	15,8	18,8	9,5	12,8	17,7	13,5	11,8	8,8
1989/1988	12,8	18,8	11,8	2,7	1,8	2,2	11,1	4,1	8,8

Fonte: CENPEC/Unicamp.
 Nota: Taxa de repetência base: 1989/1988 e 1990/1989. Taxa de promoção base: 1989/1988 e 1990/1989.

Sul

O Censo Escolar 1999 mostrou que a Região Sul, com 4.472.374 matrículas no ensino fundamental regular, atendeu a 12% das matrículas nesse nível de ensino em todo o Brasil. Sua população residente na faixa etária de 7 a 14 anos, estimada pelo IBGE, correspondia a 14% da população do País nessa mesma faixa etária.

As estatísticas educacionais da Região Sul, calculadas pelo Inep, mostraram um quadro bastante favorável, no qual já são evidentes os resultados de equilíbrio do fluxo escolar do ensino fundamental regular.

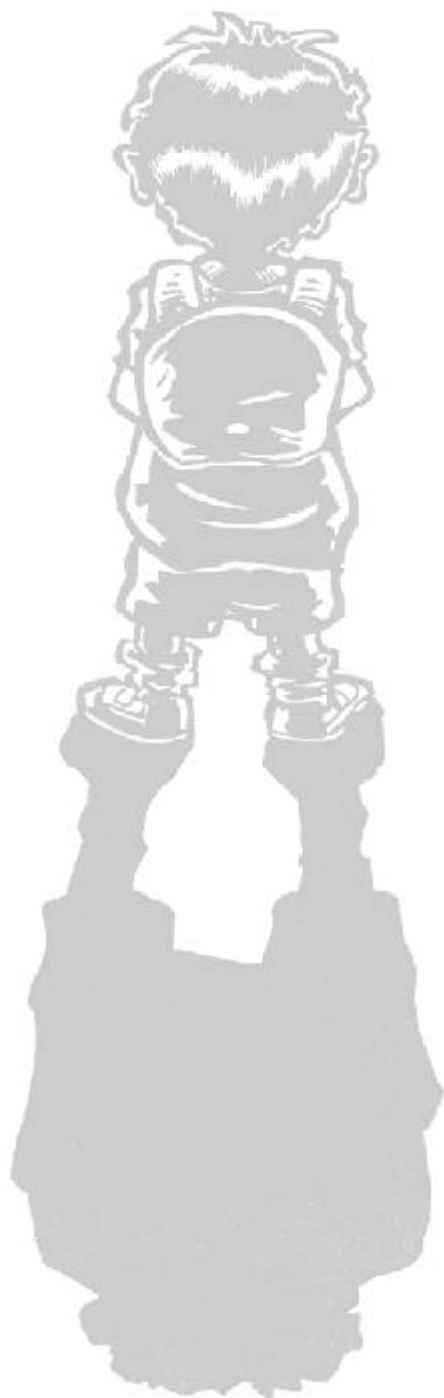
Apesar de ainda existir retenção de alunos na 1ª série, o estoque total de matrículas nessa série apresentou, em 1999, uma equivalência a 1,36 coorte, correspondendo à menor relação entre as regiões do País. Essa condição historicamente favorável, observada nos indicadores educacionais, coloca a Região Sul numa situação bastante confortável quanto aos esforços necessários para solucionar as questões do equilíbrio do fluxo escolar no ensino fundamental regular.

Em 1999, a matrícula da educação de jovens e adultos foi de 337.824 alunos e apresentou o mesmo comportamento de 1998, com um suave crescimento de 1,1%. A relação entre a matrícula de 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série manteve-se estável em um para dois, ou seja, as matrículas de 5ª a 8ª série corresponderam ao dobro das matrículas de 1ª a 4ª série.

O estoque total de matrículas em classes de alfabetização, bastante reduzido (3.951 matrículas), manteve a tendência de 1998. A pré-escola apresentou o mesmo comportamento dos últimos três anos, chegando, em 1999, com 539.921 matrículas e a um crescimento vegetativo.

A composição da matrícula da 1ª série, quanto à idade de seus alunos, revelou um quadro bastante positivo, confirmando a tendência de queda do percentual de alunos com mais de 10 anos, que em 1998 estava em 2,8% e, em 1999, chegou a 2,6%.

A matrícula total no ensino fundamental regular, em 1999, iniciou seu processo de queda (-1,9%) e a relação entre as matrículas de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série, de acordo com os dados do Censo Escolar 1999, apresentou-se de um para um. Na Região Sul, da mesma forma como na Região Sudeste, o processo de



aceleração de aprendizagem continua, com políticas mais concentradas nas séries finais, onde se encontram 68% das matrículas em Classes de Aceleração. Em 1999, as matrículas em Classes de Aceleração representaram 2% (91.657 matrículas) do total de matrículas do ensino fundamental regular. Os percentuais de ingresso de alunos de fora do sistema de ensino regular mantiveram-se estáveis, apresentando valores inferiores a 2%.

As taxas de distorção idade/série continuam sua tendência de queda, com valores variando entre 9% e 34%.

As taxas de transição (promoção, repetência e evasão) continuam sua tendência positiva em todas as séries do ensino fundamental regular, encontrando-se

próximas da situação ideal. A taxa de repetência por série, para 1998/1999, foi calculada em 23,2% na 1ª série e, numa seqüência decrescente, atingiu o valor de 10,0% na 4ª série. Na 5ª série assumiu o valor de 20,2% e chegou na 8ª série a 13,2%.

A expectativa de evolução da matrícula do ensino fundamental regular para os anos de 2000 e 2001, diante dos indicadores educacionais analisados, é de queda em seu estoque total. No entanto, em 2000, as matrículas da 6ª e 7ª séries, em função do comportamento do fluxo, ainda sofrerão um aumento, que irá repercutir em 2001, na 7ª e 8ª séries. Essa hipótese é válida considerando-se a manutenção do quadro educacional atual.

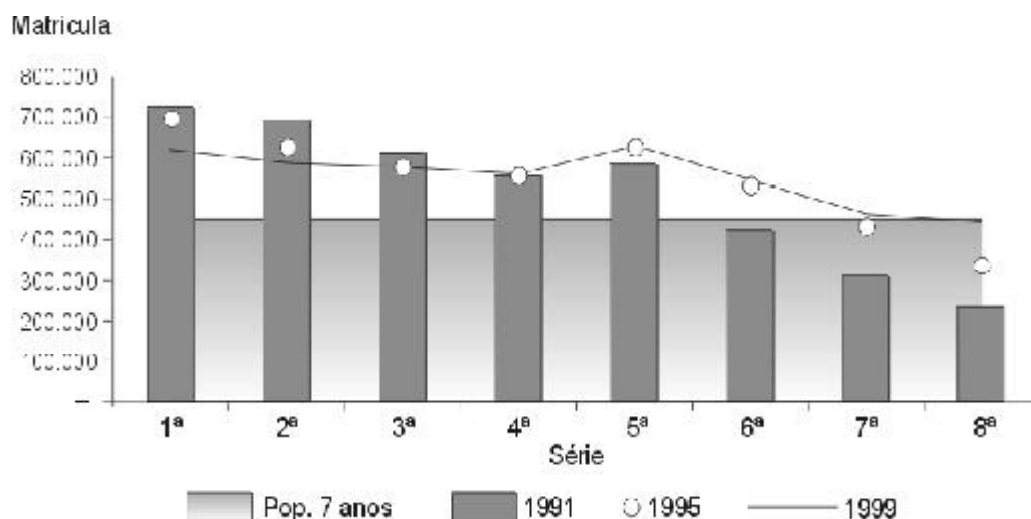


Gráfico 5 – Evolução da distribuição da matrícula por série no ensino fundamental – Sul 1991-1999

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Tabela 15 – Dados Básicos do Modelo de Estimação de Matrículas via Fluxo Escolar – Sul 1996-2001

(continua)

Variável	Ano					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Dados Gerais						
Total de matrículas 7 a 14 anos			599	877		
Total do Ensino Fundamental Fundamental			129	117		
População 7 a 14 anos	3 233 271	3 030 943	3 039 416	3 025 348	3 019 358	3 029 037
População 7 a 14 anos	406 171	419 305	433 428	457 371	458 858	458 628
Educação de Jovens e Adultos						
Matrículas em 1º ano	38 462	19 382	119 368	128 978		
Matrículas em 2º ano	168 236	321 850	219 871	219 184		
Classe de Alfabetização						
Matrículas	4 346	8 281	9 387	9 881		
Matrículas com mais de 6 anos	3 129	1 118	319	531		
Pré-Escola						
Matrículas	152 814	430 219	483 281	533 821		
Matrículas com mais de 6 anos	12 826	18 343	18 361	18 187		
Ensino Fundamental						
Matrículas	2 475 774	2 413 287	2 331 892	2 422 424	2 412 187	2 383 207
Matrículas 1º a 5º ano	2 408 100	2 408 488	2 429 181	2 399 427	2 393 028	2 373 188
Matrículas 6º a 9º ano	2 317 698	2 004 799	2 128 631	2 118 177	2 118 316	2 129 319
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental						
Matrículas de 7ª Regulação de 7 anos	1 49	1 45	1 44	1 28	1 24	1 22
Matrículas de 8ª Regulação de 7 anos	1 09	1 08	1 00	1 05		
Participação na taxa de alfabetização						
Matrículas 7 anos						
7 a 14 anos	15,0		10,5	10,8		
15 a 17 anos	10,5		10,5	10,8		
18 a 24 anos	3,2		2,5	2,1		
Matrículas 14 anos	2,9		3,9	3,6		

Variável / Ano	Ensino Fundamental								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Matrícula Inicial									
1998	4.676.739	254.217	1.021.178	1.011.021	1.023.143	2.222.279	1.475.121	1.116.799	374.881
1999	4.572.277	259.819	1.029.802	1.017.423	1.026.174	2.241.191	1.483.278	1.121.098	319.141
2000	4.458.842	261.243	971.222	1.001.928	1.021.238	2.241.191	1.502.254	1.125.887	287.887
2001	4.472.324	275.218	1.053.871	1.041.878	1.028.141	2.298.238	1.511.838	1.129.311	444.188
2002	4.412.181	272.517	1.061.989	1.071.228	1.032.124	2.271.265	1.493.273	1.123.042	452.108
2003	4.393.212	187.714	1.001.984	1.071.228	1.022.114	2.241.232	1.493.273	1.121.237	434.188
Ingressos de Fora do Sistema Regular									
1998			8.118	2.188	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118
1999			8.118	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118
2000			8.118	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118
2001			8.118	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118
2002			8.118	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118
2003			8.118	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118	8.118
Matrícula em Classe de Aceleração por Série de Ingresso									
1998	119.188	2.517	8.118	1.483	2.187	10.188	28.435	11.220	42.917
1999	81.917	8.118	8.118	11.874	7.111	18.262	11.317	1.189	76.052
Taxa de Distorção Idade/Série									
1998	27,3	12,8	20,8	28,0	24,7	10,2	30,1	34,7	32,7
1999	26,8	18,5	17,8	21,4	24,8	35,8	35,1	37,2	32,7
2000	29,5	17,7	14,8	18,8	21,1	32,3	30,8	34,5	31,7
Taxa de Promoção									
1998	74,9	74,7	78,9	82,0	77,2	82,5	80,7	81,0	89,2
1999	71,8	71,8	71,7	74,7	71,7	71,8	71,1	70,4	76,2
2000	69,3	65,8	62,8	68,2	61,7	62,8	64,3	63,8	74,1
Taxa de Repetência									
1998	21,3	28,8	18,8	14,8	14,8	14,7	20,2	29,2	15,7
1999	18,3	24,7	18,8	11,9	11,9	26,2	21,8	17,8	11,3
2000	19,2	25,7	14,5	11,5	11,5	22,2	18,1	15,7	13,7

Fonte: MEC/Inep/Anexo
 Nota: Taxa de repetência para os anos 2001 e 2002. As taxas de promoção e taxa de aceleração por série de ingresso foram calculadas com base nos dados de matrícula.



Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste foi responsável, de acordo com o Censo Escolar 1999, por 2.613.977 matrículas no ensino fundamental regular, correspondendo a 7% das matrículas nesse nível de ensino em todo o Brasil. Sua população residente na faixa etária de 7 a 14 anos, estimada pelo IBGE para 1999, também equivalia a 7% da população do País nessa mesma faixa etária.

As estatísticas educacionais da Região Centro-Oeste, calculadas pelo Inep, apresentaram uma região em processo avançado e consistente de transformações, com resultados evidentes na busca do equilíbrio do fluxo escolar do ensino fundamental regular.

Apesar de ainda existir uma alta retenção de alunos na 1ª série, com um estoque de matrículas apresentando, em 1999, uma equivalência a 1,72 coorte, já são evidentes os reflexos positivos para o equilíbrio do fluxo nas demais séries.

Em 1999, a matrícula da educação de jovens e adultos foi de 142.561 alunos, apresentando uma queda de 17% em relação a 1998. Apesar disso, a relação entre a matrícula de 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série manteve-se estável, com a matrícula de 1ª a 4ª série correspondendo a 68% da matrícula de 5ª a 8ª série.

O estoque total de matrículas em classes de alfabetização (50.895 matrículas), que vem apresentando uma tendência de queda desde 1997, diminuiu em 6% em relação a 1998. A pré-escola apresentou um estoque estável de suas matrículas, apesar da tendência de queda naquelas com mais de 6 anos de idade.

A composição da matrícula da 1ª série, quanto à idade de seus alunos, revelou um quadro positivo, confirmando a tendência de queda do percentual de alunos com mais de 10 anos, que em 1998 estava em 10% e, em 1999, diminuiu 1%.

O estoque total de matrículas no ensino fundamental regular, em 1999, ainda apresentou um aumento de 2%, em relação a 1998, e uma relação de um para um entre as matrículas de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série. Na Região Centro-Oeste, o processo de aceleração de aprendizagem contabilizou 38.554 matrículas em classes de aceleração, tendo havido um crescimento de 24% dessas matrículas, em relação a 1998. Em 1999, as matrículas em classes de aceleração representaram 1,5% do total de matrículas do ensino fundamental regular. Os percentuais de ingresso de alunos de fora do sistema de ensino regular mantiveram-se estáveis, com percentuais variando de 2% a 5%.

As taxas de distorção idade/série continuam sua tendência de queda, com valores variando entre 20% a 57%.

As taxas de transição (promoção, repetência e evasão) continuam sua tendência positiva em todas as séries do ensino fundamental regular. A taxa de repetência por série, para 1998-1999, foi calculada em 35,8% na 1ª série e, numa seqüência decrescente, atingiu o valor de 14,3% na 4ª série. Na 5ª série assumiu o valor de 30,6% e chegou, na 8ª série, a 18,8%.

A expectativa de evolução da matrícula do ensino fundamental regular para os anos de 2000 e 2001, diante dos indicadores educacionais analisados, é de queda em seu estoque total. No entanto, em 2000, as matrículas apresentaram

uma queda mais significativa na 1ª e 2ª séries. Já em 2001, essa tendência será expandida para a 3ª série. Essa hipótese é válida considerando-se a manutenção do quadro educacional atual.

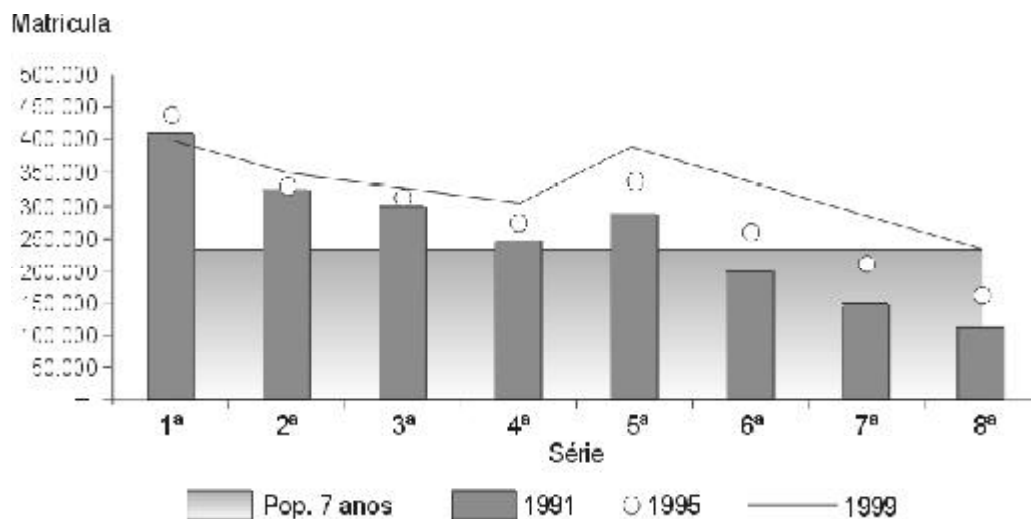


Gráfico 6 – Evolução da distribuição da matrícula por série no ensino fundamental – Centro-Oeste 1991-1999

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Tabela 16 – Dados Básicos do Modelo de Estimação de Matrículas via Fluxo Escolar – Centro-Oeste 1996-2001

(continua)

Variável	Ano					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Dados Gerais						
População residente de 0 a 14 anos			8958	8735		
População residente de 15 a 64 anos			14238	13815		
População residente de 65 anos e mais			1032,024	1074,328	1084,809	1088,127
População residente	1037,273	1037,174	1032,024	1074,328	1084,809	1088,127
	204,587	213,312	225,387	232,828	232,828	232,828
Educação de Jovens e Adultos						
Matrículas em Jovens e Adultos	19,017	19,207	18,152	18,284		
Matrículas em Jovens e Adultos	113,268	111,208	105,881	106,727		
Classe de Alfabetização						
Matrículas em Classe de Alfabetização	58,274	60,275	61,181	62,185		
Matrículas em Classe de Alfabetização	24,120	21,348	15,181	15,188		
Pré-Escola						
Matrículas em Pré-Escola	238,682	228,182	212,281	201,288		
Matrículas em Pré-Escola	31,188	28,178	22,187	18,181		
Ensino Fundamental						
Matrículas em Ensino Fundamental	2,428,122	2,422,182	2,428,187	2,428,187	2,428,187	2,428,187
Matrículas em Ensino Fundamental	1,234,217	1,232,188	1,232,188	1,232,188	1,232,188	1,232,188
Matrículas em Ensino Fundamental	1,194,185	1,190,188	1,196,188	1,196,188	1,196,188	1,196,188
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental						
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental	1,187	1,182	1,181	1,172	1,172	1,181
Matrículas na 1ª Série do Ensino Fundamental	1,189	1,185	1,181	1,185		
População residente de 0 a 14 anos	7,7		8,5	11,8		
População residente de 15 a 64 anos	18,2		18,5	18,2		
População residente de 65 anos e mais	8,4		7,1	6,9		
População residente	34,3		34,1	36,9		

Variável / Ano	Ensino Fundamental								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Matrícula Inicial									
1998	2.180.127	427.297	420.758	427.475	427.475	457.124	257.409	257.422	182.871
1999	2.180.127	427.297	420.758	427.475	427.475	457.124	257.409	257.422	182.871
2000	2.180.127	427.297	420.758	427.475	427.475	457.124	257.409	257.422	182.871
2001	2.180.127	427.297	420.758	427.475	427.475	457.124	257.409	257.422	182.871
2002	2.180.127	427.297	420.758	427.475	427.475	457.124	257.409	257.422	182.871
2003	2.180.127	427.297	420.758	427.475	427.475	457.124	257.409	257.422	182.871
Ingressos de Fora do Sistema Regular									
1998			8.122	8.122	8.122	8.122	8.122	8.122	8.122
1999			8.122	8.122	8.122	8.122	8.122	8.122	8.122
2000			8.122	8.122	8.122	8.122	8.122	8.122	8.122
Matrícula em Classe de Aceleração por Série de Ingresso									
1998	37.542	4.118	3.888	4.270	4.118	340	308	332	271
1999	37.542	4.118	3.888	4.270	4.118	340	308	332	271
Taxa de Distorção Idade/Série									
1998	4,1	9,5	9,0	10,0	9,6	7,5	12,0	12,6	14,8
1999	4,1	9,5	9,0	10,0	9,6	7,5	12,0	12,6	14,8
2000	4,1	9,5	9,0	10,0	9,6	7,5	12,0	12,6	14,8
Taxa de Promoção									
1999/1997	65,9	14,7	14,8	14,8	13,1	14,2	30,7	30,7	37,1
1999/1998	67,9	18,1	17,9	17,9	17,9	18,9	34,8	34,8	40,4
1999/1999	68,8	18,2	18,7	18,7	18,3	17,3	33,8	33,8	40,1
Taxa de Repetência									
1999/1997	24,1	28,8	24,3	21,9	14,7	18,3	26,8	27,5	21,2
1999/1998	26,9	29,7	22,8	20,4	13,7	12,5	20,4	22,1	14,4
1999/1999	27,8	29,8	23,2	17,2	14,3	12,8	20,2	21,9	14,8

Fonte: MEC/Inep/IBGE
 Nota: Taxas de matrícula para os anos 2001 e 2002, baseadas sobre o total de 2000. Taxas de matrícula para os anos 1998, 1999 e 2000 baseadas sobre o total de 1997.

A variabilidade da matrícula nas escolas

Uma das questões críticas para o sucesso do PNLD, além, é claro, de uma boa projeção da matrícula, é fazê-lo chegar a todas as escolas do País, em *número suficiente e em tempo hábil*. A distribuição deve ocorrer antes do início do ano letivo, para que o aluno possa iniciar seu período de estudos de posse do material didático completo.

Diante das dimensões do País, não resta dúvida sobre a complexidade da operação que, apesar dos percalços, é executada com eficiência pelo FNDE em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, secretarias estaduais e municipais de educação.

Assim sendo, apresentamos, nesta parte do trabalho, três situações que descrevem a dinâmica na abertura e extinção de escolas de ensino fundamental no País, a partir da avaliação do cadastro do Censo Escolar em dois anos consecutivos, além da variação das matrículas nas escolas presentes nos dois Censos.

Julgamos que esta abordagem poderá auxiliar o FNDE na definição da estratégia para a distribuição do livro didático diante da necessidade de remanejamento

imposta pela variabilidade da matrícula na unidade escolar.

A política de racionalização, que vem sendo adotada por muitas secretarias de educação, considera aspectos como a redefinição das séries oferecidas nas escolas, isto é, definindo um novo perfil de oferta, e também o processo de nucleação, que procura aglomerar as escolas pequenas em um único espaço físico, de forma a tornar mais efetiva a atenção do governo sobre elas.

A primeira situação se refere à análise dos cadastros dos Censos Escolares de 1998 e 1999, quando ocorreu no País a paralisação/extinção de 11.688 escolas que ministravam o ensino fundamental, correspondendo a 613.787 matrículas. Por outro lado, no cadastro de 1999 apareceram 7.144 novas unidades escolares que ministravam o ensino fundamental, com o contingente de 871.614 matrículas.

É claro que, ao compararmos os valores de 1998 (613.787 alunos) com os de 1999 (871.614 alunos), verificamos uma quase equivalência entre as grandezas, acrescida do crescimento normal decorrente do aumento da demanda. Mas, se avaliarmos a questão no nível da escola, o impacto na distribuição dos livros didáticos torna-se significativo, já que estamos diante de um novo destinatário.

Tabela 17 – Número de escolas novas e paralisadas em 1999 e respectivas matrículas em relação ao ano de 1998 – Brasil e Regiões

Brasil e Regiões	Ensino fundamental 1998-1999			
	Escolas		Matrículas relativas às escolas	
	Paralisadas/Extintas	Novas	Paralisadas/Extintas	Novas
Brasil	11.688	7.114	613.787	871.614
Norte	2.071	1.553	77.628	99.498
Nordeste	4.508	3.503	182.432	286.916
Sudeste	2.444	1.438	290.240	391.082
Sul	1.789	280	38.808	38.889
Centro-Oeste	876	360	26.679	57.429

Fonte: MEC/Inep/Seec.

A segunda situação se refere às escolas existentes nos dois cadastros que, no ano de 1998 ofereciam ensino fundamental, mas, no ano de 1999, deixaram de

oferecê-lo ou vice-versa. Esta situação está apresentada nas Tabelas 18 e 19 considerando, separadamente, os grupos de séries (1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série).

Tabela 18 – Número de escolas que ofereciam o ensino fundamental em 1998 e que deixaram de ministrá-lo em 1999 e número de escolas que não o ofereciam, de 1ª a 4ª série, em 1998, e que passaram a ministrá-lo em 1999 – Brasil e Regiões

Brasil e Regiões	Escolas		Matrículas relativas às escolas	
	Ofereciam e deixaram de oferecer	Não ofereciam e passaram a oferecer	Ofereciam e deixaram de oferecer	Não ofereciam e passaram a oferecer
Brasil	12.147	6.942	647.739	673.223
Norte	2.057	1.536	68.395	79.689
Nordeste	4.874	3.481	191.318	229.305
Sudeste	2.688	1.340	323.178	304.453
Sul	1.842	233	44.128	25.191
Centro-Oeste	888	352	20.722	33.585

Fonte: VEC/Inepi/Geac.

Tabela 19 – Número de escolas que ofereciam ensino fundamental em 1998 e que deixaram de ministrá-lo em 1999 e número de escolas que não o ofereciam, de 5ª a 8ª série, em 1998, e que passaram a ministrá-lo em 1999 – Brasil e Regiões

Brasil e Regiões	Escolas		Matrículas relativas às escolas	
	Ofereciam e deixaram de oferecer	Não ofereciam e passaram a oferecer	Ofereciam e deixaram de oferecer	Não ofereciam e passaram a oferecer
Brasil	1.235	3.348	173.995	455.560
Norte	162	473	17.222	47.020
Nordeste	317	1.605	40.325	177.757
Sudeste	282	623	96.450	169.213
Sul	385	350	7.864	17.608
Centro-Oeste	89	297	12.134	43.982

Fonte: VEC/Inepi/Geac.

A terceira situação se refere às escolas presentes nos cadastros de 1998 e 1999 e que mantiveram a oferta do ensino fundamental. Apresentamos, nas Tabelas 20 e 21, as informações por grupo

de séries (1ª a 4ª e 5ª a 8ª série) organizadas em intervalos de variação da matrícula, ou seja, o número de escolas que apresentaram variação da matrícula menor que 5%, de 5% a 10% e mais de 10%.

Tabela 20 – Número de escolas, matrículas e variação percentual de matrícula no ensino fundamental de 1ª a 4ª série – 1998-1999

Brasil e Regiões	< 5%			≥ 5 a 10%			≥ 10%		
	Escolas	Matrículas	%	Escolas	Matrículas	%	Escolas	Matrículas	%
Brasil	36.068	5.633.364	29,3	24.617	3.850.975	20,0	96.295	9.728.425	50,6
Norte	5.591	586.615	27,0	3.382	393.019	18,1	15.591	1.194.962	55,0
Nordeste	16.540	1.849.917	24,1	11.473	1.355.860	17,7	50.231	4.459.846	58,2
Sudeste	7.081	1.976.181	33,3	4.876	1.278.991	21,5	15.485	2.680.834	45,2
Sul	5.092	858.726	39,4	3.715	560.355	25,7	10.180	759.288	34,9
Centro-Oeste	1.764	381.925	28,8	1.171	282.750	20,9	4.808	633.495	50,4

Fonte: VEC/Inepi/Geac.

Esta tabela nos revela um dado surpreendente, 61% das escolas de 1ª a 4ª série tiveram variação do número de matrículas, entre os anos 1998 e 1999, superior a 10% (para mais ou para menos). Essas escolas detêm mais da metade das matrículas nesse grupo de séries.

No caso das escolas de 5ª a 8ª série, 51% tiveram variação do número de matrículas superior a 10%, correspondendo a 46,2% das matrículas nesse grupo de séries.

Os dados analisados mostram a importância de se considerar uma política de remanejamento dos livros das unidades escolares que foram paralisadas/extintas, ou mesmo que eventualmente receberam exemplares a mais, para aquelas unidades escolares novas ou que receberam livros a menos. Este procedimento deverá ser considerado sob pena de, apesar de uma estimativa precisa, faltar livro em algumas escolas, caracterizando, assim, um problema de distribuição dos mesmos.

Tabela 21 – Número de escolas, matrículas e variação percentual de matrículas no ensino fundamental de 5ª a 8ª série – 1998-1999

Brasil e Regiões	< 5%			≥ 5 a 10%			≥ 10%		
	Escolas	Matrículas	%	Escolas	Matrículas	%	Escolas	Matrículas	%
Brasil	11.555	4.255.314	31,4	6.538	3.028.411	22,4	18.658	6.257.335	46,2
Norte	1.038	282.561	29,3	490	207.530	21,5	1.702	475.765	49,3
Nordeste	3.245	1.023.496	26,9	1.438	696.518	18,3	6.104	2.080.009	54,7
Sudeste	3.683	1.960.124	34,3	2.428	1.411.482	24,7	4.885	2.350.193	41,1
Sul	2.647	654.579	33,9	1.644	484.386	25,1	4.114	790.086	41,0
Centro-Oeste	984	334.564	29,8	540	228.495	20,3	1.853	561.282	49,9

Fonte: MEC/Inep/Secop.

Referências bibliográficas

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Education at a glance: OECD indicators 1998*. Brasília, 1998.
- KLEIN, Ruben. *Produção e utilização de indicadores educacionais*. Rio de Janeiro: LNCC/CNPq, 1995.
- THONSTAD, Tore. *Análise e projeções de matrícula nos países em desenvolvimento*. Paris: Unesco, 1986.

Carlos Eduardo Moreno Sampaio, mestre em Estatística e Métodos Quantitativos pela Universidade de Brasília (UnB), é coordenador-geral de Produção e Análise de Informações Estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

João Vicente Pereira, graduado em Estatística pela UnB, é técnico especialista da Diretoria de Informações Estatísticas Educacionais (Sec) do Inep.

Liliane Lúcia N. A. Oliveira Brant, mestre em Estatística e Métodos Quantitativos pela UnB, é coordenadora de Análise Estatística da Sec/Inep.

Vanessa Néspoli de Oliveira, especialista em Estatística e Métodos Quantitativos pela UnB, é técnica especialista da Sec/Inep.

Abstract

With the objective to subsidize the National Program of the Didactic Book (PNLD) managed by the National Fund for the Development of the Education (FNDE), this paper presents an analysis of the historical behaviour towards student enrollment in the regular basic education and it also calculates estimatives for the years 2000 and 2001, in public schools, by levels, for each one of 27 unities of the Federation. The methodology of the scholar flow was adopted, considering the model proposed by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) with the adaptations pertinent to the Brazilian case and the incorporation of correction forms and data adjustments suggested by professor (doctor) Ruben Klein.

Keywords: elementary school, enrolment, National Program of the Didactic Book (PNLD).



ANEXO

Tabela 1 – Ensino fundamental – Matrícula inicial na rede pública por série – 1996-2001

(continua)

Unidades da Federação	Total	Matrícula por Série											
		1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série				
Brasil													
1996	29.423.373	5.860.755	4.666.662	4.014.645	3.477.526	3.918.536	3.045.864	2.460.063	1.959.322				
1997	30.824.941	6.164.432	4.768.133	4.270.831	3.709.136	4.222.238	3.154.828	2.497.188	2.120.872				
1998	32.409.205	6.611.968	4.722.435	4.236.458	3.959.433	4.231.931	3.428.811	2.834.413	2.383.756				
1999	32.722.227	6.711.571	4.688.515	4.241.171	3.888.712	4.361.273	3.155.818	2.538.121	2.282.212				
2000*	32.767.843	6.741.027	4.738.488	4.423.782	3.816.824	4.269.764	3.690.477	3.152.209	2.835.172				
2001*	32.528.423	6.325.472	4.425.538	4.335.881	4.057.124	4.288.822	3.871.421	3.332.123	2.822.222				
Região													
1996	2.663.232	705.024	462.962	382.536	315.787	312.357	212.143	153.619	118.804				
1997	2.927.192	758.418	490.288	417.114	352.228	337.285	228.198	181.243	127.828				
1998	3.059.497	891.930	613.282	406.990	341.781	335.410	251.446	180.797	137.861				
1999	3.225.287	925.218	657.215	441.238	365.217	349.222	249.822	183.221	133.558				
2000*	3.198.030	796.952	540.777	476.166	374.371	350.673	267.809	218.907	172.274				
2001*	3.228.281	752.823	525.815	453.112	422.262	388.222	278.581	222.523	182.222				
Região													
1996	264.185	55.238	42.934	38.843	35.145	36.410	24.236	17.438	13.941				
1997	270.187	52.874	43.222	40.821	38.219	40.248	28.437	23.143	12.321				
1998	286.525	56.476	40.449	39.965	36.710	44.210	30.776	21.517	16.422				
1999	298.127	55.458	45.405	40.898	37.128	44.222	29.122	20.738	17.321				
2000*	302.234	54.285	43.224	40.573	35.933	45.098	35.400	27.391	20.331				
2001*	302.227	52.828	42.227	40.811	37.221	44.222	35.335	28.221	22.222				
Região													
1996	115.859	31.803	19.854	15.573	12.935	13.303	9.204	7.494	5.693				
1997	121.211	33.613	21.323	16.223	14.118	14.222	10.222	8.113	6.222				
1998	132.698	39.547	22.562	17.319	14.612	13.355	10.270	8.381	6.652				
1999	141.593	39.512	24.222	18.221	15.222	13.222	10.222	8.221	6.322				
2000*	141.390	36.787	24.084	19.417	16.088	15.480	11.741	9.359	8.414				
2001*	141.221	35.221	23.221	18.221	17.121	16.121	12.221	10.221	8.221				

Unidades da Federação	Matrícula por Série								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Alagoas									
1996	507.175	107.366	79.481	65.189	53.137	72.142	52.839	42.323	34.698
1997	504.179	106.937	78.983	64.968	52.901	71.839	52.237	42.222	34.228
1998	501.053	155.521	97.142	69.890	58.926	75.195	59.645	46.771	37.953
1999	501.228	143.112	103.835	81.481	61.328	72.828	61.718	52.438	41.288
2000*	628.953	139.240	100.111	88.883	70.532	73.641	60.420	52.402	44.624
Alagoas	2.518.512	495.635	367.128	317.524	273.933	311.457	293.726	211.828	169.882
Amazonas									
1996	59.504	12.758	9.753	8.690	7.799	7.531	5.956	3.845	3.172
1997	57.537	13.678	10.615	9.254	8.258	8.162	6.278	4.428	3.743
1998	65.427	13.409	10.059	9.509	8.582	8.161	7.160	4.700	3.847
1999	66.838	14.822	10.855	11.224	9.888	12.528	8.038	4.398	4.188
2000*	77.404	13.367	10.888	11.788	8.910	10.444	7.720	8.224	5.062
Amazonas	275.886	49.873	36.113	31.474	26.817	26.826	22.172	12.396	9.322
Bahia									
1996	1.297.949	401.477	240.038	192.832	155.457	131.305	83.526	53.457	39.857
1997	1.333.134	428.698	264.683	209.115	162.875	138.832	89.634	55.882	43.384
1998	1.522.237	525.875	269.315	206.022	167.961	136.719	102.339	65.617	48.499
1999	1.551.435	429.048	244.913	229.881	175.833	141.482	115.822	74.938	55.229
2000*	1.572.742	465.386	290.244	244.140	182.004	144.137	106.733	78.783	61.315
Bahia	4.358.238	1.333.344	802.045	624.881	487.827	422.347	308.454	213.863	161.862
Brasília									
1996	101.488	20.479	18.759	15.407	12.529	12.936	8.885	6.707	5.786
1997	101.368	21.138	20.838	16.883	13.635	13.954	9.627	7.888	6.315
1998	115.630	24.637	21.370	17.362	14.303	14.455	10.165	7.251	6.087
1999	118.838	23.921	22.841	19.233	15.215	14.243	11.141	7.222	6.124
2000*	121.557	21.948	21.804	19.598	16.061	15.304	10.683	8.568	6.998
Brasília	458.881	92.593	86.171	70.371	57.443	58.295	41.361	30.159	25.138

(continuação)

Unidades da Federação	Matrícula por Série								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
BRASIL									
1996	317.072	75.903	52.143	46.002	38.785	38.730	27.497	22.355	15.657
1997	324.124	76.522	52.385	46.923	40.787	43.315	31.091	26.560	18.401
1998	336.927	76.465	52.385	46.923	40.787	43.315	31.091	26.560	18.401
1999	348.893	76.465	52.385	46.923	40.787	43.315	31.091	26.560	18.401
2000*	352.750	65.929	50.412	51.672	44.243	46.570	35.212	33.182	25.528
2001*	359.171	65.929	50.412	51.672	44.243	46.570	35.212	33.182	25.528
AMAZONAS									
1996	9.100.911	2.609.887	1.601.836	1.254.838	991.529	1.003.224	701.232	532.378	405.987
1997	8.838.808	2.528.417	1.588.848	1.242.848	988.848	1.000.848	698.848	528.848	408.848
1998	11.113.300	3.162.409	1.913.880	1.482.527	1.176.594	1.264.596	881.961	705.711	525.622
1999	11.113.300	3.162.409	1.913.880	1.482.527	1.176.594	1.264.596	881.961	705.711	525.622
2000*	11.672.978	2.438.970	1.884.225	1.766.742	1.377.776	1.478.206	1.056.999	881.519	788.542
2001*	11.672.978	2.438.970	1.884.225	1.766.742	1.377.776	1.478.206	1.056.999	881.519	788.542
ARAGUAIAS									
1996	1.219.571	394.161	226.368	164.510	124.961	111.608	83.662	65.170	49.131
1997	1.238.638	401.473	238.848	173.473	132.473	120.473	91.473	72.473	54.473
1998	1.497.536	505.247	263.434	187.155	150.158	145.381	102.896	79.935	62.330
1999	1.528.898	429.411	248.488	178.488	139.488	135.988	114.488	91.488	69.488
2000*	1.544.330	360.014	280.621	239.914	181.124	178.590	126.993	100.085	76.988
2001*	1.559.181	354.312	284.388	239.914	181.124	178.590	126.993	100.085	76.988
BAHIA									
1996	539.751	192.045	108.389	75.984	62.210	41.879	27.309	18.437	13.498
1997	539.128	192.114	108.458	76.053	62.279	41.948	27.378	18.506	13.567
1998	660.824	238.874	127.881	85.442	71.617	60.971	35.845	23.082	17.012
1999	660.824	238.874	127.881	85.442	71.617	60.971	35.845	23.082	17.012
2000*	728.293	194.651	127.937	107.622	87.848	81.250	55.937	42.374	31.574
2001*	728.293	194.651	127.937	107.622	87.848	81.250	55.937	42.374	31.574

Unidades da Federação	Matrícula por Série								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil									
1996	1.333.829	402.946	230.851	184.847	142.318	130.808	99.273	81.644	61.142
1997	1.438.513	423.417	248.138	202.273	186.247	181.218	114.336	88.838	71.833
1998	1.634.674	383.821	319.238	242.579	192.196	177.399	133.934	104.012	81.495
1999	1.876.141	323.881	278.289	204.244	187.187	213.813	158.576	121.358	84.214
2000*	1.701.827	268.753	227.285	257.148	224.877	228.270	162.187	115.254	217.053
2000*	1.852.674	243.883	178.382	228.888	211.192	243.882	188.888	121.122	217.451
Centro-Oeste									
1996	497.591	116.110	91.798	68.181	53.900	66.013	43.657	32.325	25.607
1997	572.618	123.138	105.852	77.313	61.182	87.871	51.181	38.291	29.887
1998	582.861	125.774	100.966	81.364	66.996	75.253	54.645	43.175	33.688
1999	641.652	119.365	105.325	88.888	71.288	82.147	58.282	45.882	37.284
2000*	595.488	95.797	101.387	79.192	77.926	85.793	63.934	49.349	40.120
2000*	638.188	83.828	82.278	77.622	78.113	83.588	61.888	53.282	42.222
Grande São Paulo									
1996	584.848	161.101	101.854	80.785	64.793	71.192	46.329	33.644	25.150
1997	631.312	182.188	118.837	105.339	82.882	71.338	55.817	41.832	29.218
1998	795.642	268.434	133.759	95.581	77.604	87.014	58.982	42.056	32.512
1999	814.152	197.249	131.823	113.883	88.172	81.292	65.385	48.592	38.251
2000*	815.510	175.717	142.810	128.389	98.333	98.122	72.061	55.422	42.646
2000*	873.153	168.223	128.081	128.081	104.311	111.532	85.471	64.582	48.282
Região Sudeste									
1996	1.471.691	351.152	239.730	190.335	155.020	205.347	138.992	106.876	84.239
1997	1.612.111	363.823	254.222	185.485	141.222	248.222	168.134	121.134	83.834
1998	1.595.035	360.584	258.151	206.773	169.358	216.579	159.332	121.839	102.419
1999	1.508.272	324.251	238.188	213.419	178.721	238.719	173.722	134.832	128.181
2000*	1.580.308	288.943	244.242	218.969	181.332	217.204	169.476	140.258	119.885
2000*	1.638.183	243.483	181.482	181.477	151.452	221.452	169.452	140.452	128.182

(continuação)

Unidades da Federação	Matrícula por Série									
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	
Alagoas										
1996	470.715	157.989	90.541	64.237	47.389	44.719	29.191	21.548	15.101	
1997	513.418	188.130	87.378	60.367	51.887	48.898	32.471	24.818	16.188	
1998	611.666	216.677	112.763	74.185	57.834	60.434	40.188	28.129	21.446	
1999	643.841	197.431	138.371	87.411	64.324	60.378	47.367	36.138	26.029	
2000*	674.693	166.346	122.540	101.495	78.086	79.704	55.012	41.264	31.246	
2001*	681.638	157.395	111.813	80.816	67.353	67.185	52.873	47.293	35.475	
Araguaia										
1996	353.907	106.407	60.206	46.717	37.865	42.836	27.610	19.146	14.222	
1997	373.148	131.387	69.171	49.118	38.727	49.887	28.187	21.888	16.053	
1998	397.150	111.561	68.221	50.755	41.889	45.529	34.078	25.293	19.824	
1999	418.122	85.415	61.233	67.474	49.888	46.874	35.889	30.084	23.884	
2000*	398.653	86.884	66.768	56.667	47.042	49.088	36.031	30.106	26.068	
2001*	317.837	86.888	66.498	56.518	43.223	52.423	30.433	31.448	27.498	
Bahia										
1996	2.628.008	728.976	452.099	379.242	303.073	288.823	205.309	153.589	117.897	
1997	3.029.838	719.888	458.768	388.891	328.166	316.758	231.812	171.887	132.888	
1998	3.337.922	949.437	529.467	458.993	348.942	396.036	262.261	238.190	154.896	
1999	3.541.447	853.417	534.533	517.218	339.857	443.217	302.884	269.471	173.173	
2000*	3.632.866	800.865	570.635	577.336	400.106	468.185	315.368	307.408	202.961	
2001*	3.383.348	754.727	473.243	517.337	416.513	489.388	328.873	332.262	222.177	
Brasília										
1996	11.454.750	1.549.957	1.745.398	1.561.499	1.400.742	1.686.017	1.385.804	1.168.236	957.097	
1997	11.455.704	1.379.417	1.681.808	1.688.879	1.416.788	1.875.824	1.719.265	1.380.121	1.078.023	
1998	11.724.487	1.551.652	1.423.132	1.500.734	1.650.036	1.690.466	1.510.106	1.290.907	1.117.455	
1999	11.872.223	1.887.481	1.731.137	1.581.293	1.733.272	1.633.127	1.671.871	1.352.888	1.261.183	
2000*	11.478.138	1.606.892	1.500.093	1.357.147	1.368.352	1.502.116	1.537.153	1.347.308	1.259.282	
2001*	11.234.813	1.348.821	1.473.086	1.549.133	1.341.273	1.387.825	1.503.143	1.428.608	1.218.183	

Unidades da Federação	Matrícula por Série								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Minas Gerais									
1996	3.398.163	571.834	505.370	458.782	403.564	512.962	386.963	316.542	242.126
1997	3.477.944	499.874	492.852	386.642	417.642	527.302	421.828	327.761	248.322
1998	3.658.809	503.206	433.153	439.541	588.726	525.262	479.779	377.288	312.854
1999	3.877.427	512.811	428.134	428.181	419.427	571.163	418.812	328.818	242.228
2000*	3.445.878	479.610	448.567	432.401	424.472	415.152	478.730	377.238	388.718
2001*	3.271.889	445.217	428.274	437.187	427.158	388.882	388.212	475.882	352.315
Paraná									
1996	534.610	69.746	99.172	72.062	63.805	75.096	61.595	51.548	41.586
1997	587.328	68.187	88.288	66.481	136.287	87.832	81.288	128.818	41.822
1998	545.860	67.257	94.865	74.728	68.628	75.760	66.196	54.354	45.072
1999	575.839	67.383	87.826	76.227	138.872	74.174	88.877	127.857	47.228
2000*	541.585	63.853	83.562	67.588	62.163	83.627	71.307	58.584	50.890
2001*	527.411	58.288	81.287	67.586	136.287	88.588	78.222	127.857	54.354
Rio de Janeiro									
1996	1.716.734	251.569	99.172	234.984	239.900	267.635	191.479	163.623	130.601
1997	1.768.182	272.823	88.288	333.282	327.817	271.212	188.628	178.168	188.822
1998	1.886.592	343.295	94.865	235.494	232.395	287.935	213.858	182.816	151.471
1999	1.927.201	418.217	87.826	228.227	232.827	324.282	232.288	192.816	182.222
2000*	2.028.759	382.887	83.562	231.063	223.813	274.684	226.787	204.224	169.200
2001*	2.027.421	318.124	81.287	218.821	238.121	288.282	222.288	202.288	158.288
Rio de Janeiro									
1996	5.805.243	656.808	236.963	795.691	693.473	830.304	745.767	636.523	542.784
1997	5.718.478	633.813	243.218	821.821	737.137	889.134	742.811	647.638	528.328
1998	5.631.226	637.894	239.328	750.971	760.286	791.509	750.273	676.449	608.058
1999	5.927.328	629.142	231.287	855.328	733.638	822.127	737.128	688.221	638.428
2000*	5.462.916	670.282	305.982	626.084	658.904	728.844	760.329	707.247	650.474
2001*	5.377.122	668.124	288.288	652.241	677.127	827.122	812.288	712.288	672.288

(continuação)

Unidades da Federação	Matrícula por Série									
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	
Brasil										
1996	4.074.287	628.315	573.023	532.883	515.692	593.680	496.249	410.147	324.298	
1997	4.131.831	617.821	573.332	538.233	518.418	593.275	491.263	423.835	338.371	
1998	4.182.219	611.610	563.302	541.531	521.802	598.016	500.822	428.343	416.794	
1999	4.138.838	577.183	547.283	513.481	522.021	588.164	528.837	433.134	428.238	
2000*	4.052.380	557.597	523.670	524.875	517.262	581.825	519.797	438.974	388.381	
2001*	4.223.322	548.421	523.123	522.451	528.851	578.358	517.385	454.783	392.426	
Região										
1996	1.640.903	239.608	243.848	215.502	200.140	241.526	199.896	166.082	134.301	
1997	1.653.076	237.887	247.835	218.858	205.872	248.538	208.572	173.728	137.735	
1998	1.671.789	235.108	241.118	218.627	203.291	240.464	183.436	150.724	199.030	
1999	1.622.419	217.874	231.417	216.334	202.488	238.331	178.887	152.233	178.316	
2000*	1.563.174	206.373	218.306	210.270	204.315	226.652	188.886	156.549	151.823	
2001*	1.628.825	227.381	228.124	221.727	208.828	228.222	188.218	168.581	158.224	
Região Nordeste										
1996	873.786	146.779	127.236	122.091	113.010	123.047	98.190	79.777	63.656	
1997	888.413	143.815	126.837	121.822	109.878	126.882	103.188	87.856	69.151	
1998	905.903	141.848	123.553	121.460	118.498	131.199	107.268	88.600	73.477	
1999	889.835	138.337	121.194	118.333	115.288	127.453	113.538	92.822	78.158	
2000*	910.273	129.341	114.984	118.091	116.018	131.529	116.334	97.421	86.555	
2001*	938.838	128.381	118.187	124.874	117.382	131.554	114.352	103.587	98.182	
Região Sudeste										
1996	1.569.698	241.928	201.939	195.290	202.542	229.107	198.163	164.288	126.341	
1997	1.621.343	238.648	201.329	187.428	186.403	228.116	208.832	178.138	138.892	
1998	1.604.518	234.654	198.631	201.444	200.013	226.362	210.118	189.019	144.287	
1999	1.627.181	228.831	193.426	198.322	188.128	221.232	214.196	184.252	136.812	
2000*	1.578.933	221.883	190.380	196.514	198.829	223.844	214.577	185.004	150.003	
2001*	1.641.133	218.413	188.188	187.438	188.188	223.222	213.233	185.333	148.222	

Unidades da Federação	Matrícula por Série								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Estado do Rio de Janeiro									
1996	2.130.190	367.572	303.443	262.889	253.776	323.258	250.436	195.683	153.136
1997	2.200.000	380.000	300.000	250.000	250.000	300.000	250.000	200.000	150.000
1998	2.329.702	394.367	308.839	304.676	269.221	353.444	284.476	228.656	186.024
1999	2.390.000	380.000	300.000	280.000	280.000	380.000	300.000	250.000	200.000
2000*	2.365.316	340.816	289.722	298.852	278.164	356.944	308.618	266.507	226.693
Município do Rio de Janeiro									
1996	387.527	71.135	56.294	50.907	45.182	57.446	44.818	34.474	27.271
1997	390.000	70.000	55.000	50.000	45.000	55.000	45.000	35.000	28.000
1998	417.741	79.788	57.778	53.947	47.335	61.952	48.990	37.310	30.641
1999	430.000	80.000	58.000	54.000	48.000	60.000	50.000	40.000	32.000
2000*	420.711	67.691	49.002	53.221	51.254	68.183	51.644	41.696	37.020
Município de São Paulo									
1996	458.006	86.575	67.983	63.052	54.587	69.443	51.093	37.219	28.054
1997	480.000	90.000	70.000	65.000	55.000	70.000	50.000	35.000	28.000
1998	515.890	94.749	71.525	68.338	62.367	75.235	60.951	46.629	36.086
1999	500.000	90.000	70.000	65.000	55.000	70.000	50.000	35.000	28.000
2000*	569.641	77.617	76.242	79.337	65.496	82.332	74.354	61.491	52.772
Município de São Paulo									
1996	956.060	167.255	132.321	125.646	115.132	145.643	112.567	87.977	69.519
1997	1.000.000	180.000	140.000	130.000	120.000	150.000	120.000	90.000	70.000
1998	1.049.794	174.656	140.000	134.667	125.702	156.182	129.403	103.778	85.406
1999	1.000.000	180.000	140.000	130.000	120.000	150.000	120.000	90.000	70.000
2000*	1.064.158	156.022	127.491	129.168	126.682	161.123	136.854	116.840	100.178
Município de São Paulo									
1996	1.800.000	350.000	280.000	260.000	240.000	300.000	240.000	180.000	140.000
1997	1.850.000	360.000	290.000	270.000	250.000	310.000	250.000	190.000	150.000
1998	1.900.000	370.000	300.000	280.000	260.000	320.000	260.000	200.000	160.000
1999	1.950.000	380.000	310.000	290.000	270.000	330.000	270.000	210.000	170.000
2000*	2.000.000	390.000	320.000	300.000	280.000	340.000	280.000	220.000	180.000

(conclusão)

Unidades da Federação	Matrícula por Série								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil									
1996	328.600	42.607	46.845	43.284	38.875	50.726	41.958	36.013	28.292
1997	343.737	43.873	47.325	43.888	39.933	51.341	43.817	38.577	29.921
1998	345.287	45.174	39.536	47.724	33.817	60.075	45.132	40.938	33.891
1999	342.038	51.258	37.881	39.024	39.117	58.515	49.738	41.594	34.025
2000*	320.806	39.486	36.988	37.126	34.732	44.305	45.766	45.680	36.723
2001*	315.031	31.771	30.151	30.138	32.175	43.813	39.997	43.911	42.111
Fonte: MEC/Inep/IBGE									
Nota: * Dados preliminares									
Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística									